



Informativo eletrônico da Biblioteca
Procuradoria de Informação, Documentação
e Aperfeiçoamento Profissional - PIDAP

ALERTA BIBLIOGRÁFICO

Alerta Bibliográfico

**Informativo eletrônico da Biblioteca
Procuradoria de Informação, Documentação
e Aperfeiçoamento Profissional - PIDAP**

ESAE_{PGE-RS}
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO
PROFESSOR ALMIRO DO COUTO E SILVA

Alerta Bib	Porto Alegre	n. 224	46 p.	maio 2022
------------	--------------	--------	-------	-----------

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

EDUARDO LEITE
Governador do Estado

RANOLFO VIEIRA JÚNIOR
Vice-Governador do Estado

Procuradoria-Geral do Estado

EDUARDO CUNHA DA COSTA
Procurador-Geral do Estado

Procuradoria de Informação, Documentação e Aperfeiçoamento Pessoal
Escola Superior de Advocacia de Estado Prof. Almiro do Couto e Silva

ERNESTO JOSÉ TONIOLO
Coordenador/Diretor

Biblioteca

LARISSA TERESA MOTTIN KOCHANOWSKI
LUCIANA KRAMER PEREIRA MÜLLER
MARIA CARLA FERREIRA GARCIA
MATILDA SCHÜTZ MINUZZO
Analista Bibliotecário Jurídico

Alerta Bibliográfico / Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul. –
N. 1 (2007)- . - Porto Alegre : PIDAP/BIBLIOTECA, 2007-
Mensal.

Catálogo na publicação: Biblioteca da PIDAP/PGE-RS

Procuradoria-Geral do Estado do RS
PIDAP/BIBLIOTECA
Av. Borges de Medeiros, 1555 – 16. Andar
90110-901 Porto Alegre/RS
Fone: (51) 32881656
E-mail: biblioteca@pge.rs.gov.br

CATÁLOGO BIBLIOTECA DA PGE

<http://pgepaeph102/cgi-bin/wxis.exe?IscScript=phl84.xis&cipar=phl84.cip&lang=por>
(Intranet-PGE-RS)

BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW

Caso seja solicitado "**Entrar com o One Pass**", será preciso acessar o ProView no link: <https://proview.thomsonreuters.com/library.html?sponsor=PG-1>.

Após este acesso, o link dos livros deve funcionar normalmente. Acesso restrito aos membros da PGE-RS.

A Investigação Defensiva no Processo Penal Brasileiro - Ed. 2022

Autor: Vanessa Morais Kiss

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/290748216/v1>

Acordo de Não Persecução Penal - Ed. 2022

Autor: Vinicius Gomes de Vasconcellos

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/290746940/v1>

Advocacia Digital - Ed. 2022

Autor: Patricia Peck, Henrique Rocha

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/115870438/v2>

Alienação Fiduciária de Bens Imóveis - Ed. 2022

Autor: Leandro Marmo

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/290750245/v1>

Capacidade Processual dos Animais - Ed. 2022

Autor: Vicente de Paula Ataíde Jr.

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/290747295/v1>

Como Escrevo - Ed. 2022

Autor: Daniel Mitidiero

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/290752555/v1>

Compliance Antidiscriminatório - Ed. 2022

Autor: Fabiano Machado da Rosa, Luana Pereira da Costa

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/290746889/v1>**Conteúdo Extra - Compliance Antidiscriminatório** - Ed. 2022

Autor: Fabiano Machado da Rosa, Luana Pereira da Costa

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/291317355/v1>**Conteúdo Extra - Lei Maria da Penha na Prática** - Ed. 2022

Autor: Adriana Ramos de Mello, Lívia de Meira Lima Paiva

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/291814787/v1>**Conteúdo Extra - Licenciamento Ambiental** - Ed. 2022

Autor: Curt Trennepohl, Terence Trennepohl

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/291317306/v1>**Conteúdo Extra - Sucessão de Bens no Brasil e no Exterior** - Ed. 2022

Autor: Nelson Nery Junior, Maria Carolina Nery

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/291317557/v1>**Criminal Fashion Law** - Ed. 2022

Autor: Regina Cirino Alves Ferreira

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/290746853/v1>**Direito Administrativo do Medo** - Ed. 2022

Autor: Rodrigo Valgas dos Santos

Editor: Thomson Reuters Brasil

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/249869105/v2>**Direito Digital Aplicado 5.0** - Ed. 2022

Autor: Patricia Peck Pinheiro

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/289221657/v1>**Herança, Desigualdade e Tributação** - Ed. 2022

Autor: Arthur Cristóvão Prado

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/290752054/v1>

Julgamento Antecipado no Processo Penal - Ed. 2022

Autor: Paulo Wunder

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/290748579/v1>**Lei Maria da Penha na Prática** - Ed. 2022

Autor: Adriana Ramos de Mello, Lívia de Meira Lima Paiva

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/192884134/v3>**Licenciamento Ambiental** - Ed. 2022

Autor: Curt Trennepohl, Terence Trennepohl

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/108562438/v9>**O Devido Processo Legal Coletivo** - Ed. 2022

Autor: Edilson Vitorelli

Editor: Thomson Reuters Brasil

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/112830649/v3>**O Judiciário do Futuro** - Ed. 2022

Autor: Luiz Fux, Humberto Martins, Valter Shuenquener

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/290747704/v1>**Precatórios: O Seu Novo Regime Jurídico** - Ed. 2022

Autor: Egon Bockmann Moreira, Betina Treiger Grupenmacher, Rodrigo Luís Kanayama, Diogo Zelak Agottani

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/135729965/v4>**Precedentes Judiciais** - Ed. 2022

Autor: Victor Vasconcelos Miranda

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/290749264/v1>**Precedentes Obrigatórios** - Ed. 2022

Autor: Luiz Guilherme Marinoni

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/75380394/v7>**Provas no Direito Digital** - Ed. 2022

Autor: Rennan Thamay, Maurício Tamer

Editor: Revista dos tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/235810473/v2>

Resolução de Conflitos em Contratos de Seguros e Resseguros - Ed. 2022

Autor: Ronaldo Guimarães Gallo, Walter A. Polido

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/290746871/v1>**Sucessão de Bens no Brasil e no Exterior - Ed. 2022**

Autor: Nelson Nery Junior, Maria Carolina Nery

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/290746922/v1>

PERIÓDICOS

SUMÁRIOS MAIO 2022

Direito Público, v. 17, n. 92, 2020

MACHADO, Maira Rocha; GARCIA, Margarida; PIRES, Alvaro. “É injusto mas é a lei”: a pena mínima de prisão como obstáculo à pena justa. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.92, mar./abr. 2020. ISSN 2236-1766.

Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3621>. Acesso em: 22 out. 2021.

DIVAN, Gabriel; KHALED JR, Salah. Provas judiciais e “estratégia do repertório”: chances, ônus, imparcialidade e o efeito colateral da atividade probatória. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.92, mar./abr. 2020. ISSN 2236-1766.

Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3395>. Acesso em: 22 out. 2021.

GONÇALVES, Rodrigo Machado; SANTORO, Antonio Eduardo Ramires. A criação de “zonas de interseção normativa” pelo ministério público: um instrumento de lawfare político para legitimar a sua investigação preliminar direta e a transigência sobre pena nos acordos de colaboração premiada. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.92, mar./abr. 2020. ISSN 2236-1766.

Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3604>. Acesso em: 22 out. 2021.

REIS, Izis Morais Lopes dos. Feministas falam sobre segurança pública? uma revisão bibliográfica. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.92, mar./abr. 2020. ISSN 2236-1766.

Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3465>. Acesso em: 22 out. 2021.

NOGUEIRA, Jailson Alves; OLIVEIRA, Ramon Rebouças Nolasco de; BRITO, Lauro Gurgel de. Pertencimento e territorialidade como fatores para a prática de atos infracionais e participação em facções criminosas por adolescentes internados no case Mossoró/RN. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.92, mar./abr. 2020. ISSN 2236-1766.

Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3429>. Acesso em: 22 out. 2021.

SÁNCHEZ BARRILAO, Juan Francisco. El internet en la era Trump: aproximación constitucional a una nueva realidad.

Direito Público, São Paulo, v.17, n.92, mar./abr. 2020. ISSN 2236-1766.

Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3542>. Acesso em: 22 out. 2021.

FLACCO JUNIOR, Rocco. Crisi economica e sistema di garanzie dei diritti sociali nel contesto giuridico Europeo. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.92, mar./abr. 2020. ISSN 2236-1766.

Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3541>. Acesso em: 22 out. 2021.

MEYER, Emílio Peluso Neder et al. Responsabilização de agentes privados por crimes da ditadura militar de 1964-1985 contra o campesinato: o papel da comissão da verdade de minas gerais (COVEMG). *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.92, mar./abr. 2020. ISSN 2236-1766.
Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3541>. Acesso em: 22 out. 2021.

SAMPAIO, José Adércio Leite. Autonomia federativa arranhada? a submissão do legislador e da administração subnacionais à união em alguns estados federais. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.92, mar./abr. 2020. ISSN 2236-1766.
Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3199>. Acesso em: 22 out. 2021.

ANDRADE, Mariana Dionísio de; ROSA, Beatriz de Castro. Análise de dados: o comportamento dos tribunais de justiça diante da nova dinâmica do código de processo civil brasileiro de 2015 para o recolhimento de custas na contestação e reconvenção. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.92, mar./abr. 2020. ISSN 2236-1766.
Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3098>. Acesso em: 22 out. 2021.

ENGELMANN, Wilson; LEAL, Daniele Weber. Desafios da era nanotecnológica: alternativas jurídicas como condição de possibilidade para gestão do risco a partir do pluralismo jurídico de Teubner. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.92, mar./abr. 2020. ISSN 2236-1766.
Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3248>. Acesso em: 22 out. 2021.

Direito Público, v. 17, n. 93, 2020

DÖHMANN, Indra Spiecker Genannt. A proteção de dados pessoais sob o regulamento geral de proteção de dados da união Europeia. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.93, p. 09-32, maio/jun. 2020. ISSN 2236-1766.
Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/4235>. Acesso em: 22 out. 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang; SAAVEDRA, Giovanni Agostini. Fundamentos jusfilosóficos e âmbito de proteção do direito fundamental à proteção de dados pessoais. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.93, p. 33-57, maio/jun. 2020. ISSN 2236-1766.
Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/4315>. Acesso em: 22 out. 2021.

FRAZÃO, Ana; SANTOS, Luiza Mendonça da Silva Belo. Plataformas digitais e o negócio de dados: necessário diálogo entre o direito da concorrência e a regulação dos dados. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.93, p. 58-81, maio/jun. 2020. ISSN 2236-1766.
Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3695>. Acesso em: 22 out. 2021.

NEGRI, Sergio Marcos Carvalho de Ávila; OLIVEIRA, Samuel Rodrigues de; COSTA, Ramon Silva. O uso de tecnologias de reconhecimento facial baseadas em inteligência artificial e o direito à proteção de dados. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.93, p. 82-103, maio/jun. 2020. ISSN 2236-1766.
Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3740>. Acesso em: 22 out. 2021.

SOARES, Marcelo Negri; KAUFFMAN, Marcos Eduardo; CHAO, Kuo-Ming. Inteligência artificial: impactos no direito e na Advocacia. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.93, p. 104-133, maio/jun. 2020. ISSN 2236-1766.
Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3555>. Acesso em: 22 out. 2021.

KOLLING, Gabrielle Jacobi; DELGADO, Joedson. Direito à saúde, assistência médico-hospitalar e mercado. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.93, p. 134-158, maio/jun. 2020. ISSN 2236-1766.
Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3079>. Acesso em: 22 out. 2021.

GONZÁLEZ GARCETE, Juan Marcelino; MORAIS, Fausto Santos de; MACHADO, Guilherme Pavan. A hermenêutica constitucional financeira invertida no Brasil: a constituição ainda baliza as escolhas orçamentárias?. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.93, p. 159-184, maio/jun. 2020. ISSN 2236-1766.
Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3666>. Acesso em: 22 out. 2021.

PORTO, Antonio José Maristrello; LEAL, Fernando; FRANCO, Paulo Fernando de Mello. Valor justo em desapropriações: uma análise também econômica e regulatória. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.93, p. 185-214, maio/jun. 2020. ISSN 2236-1766.

Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3763>. Acesso em: 22 out. 2021.

GALLO PONTE, William Ivan; PINILLA RODRÍGUEZ, Diego Enrique. Las transformaciones de la regulación inteligente y la incorporación de instrumentos de mejora regulatoria en el derecho administrativo. *Un análisis comparado. Direito Público*, São Paulo, v.17, n.93, p. 215-239, maio/jun. 2020. ISSN 2236-1766.

Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/4073>. Acesso em: 22 out. 2021.

GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. O programa de integridade ambiental regulatório da atividade econômica como forma de prevenção de litígios ambientais: a democracia deliberativa na seara administrativa. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.93, p. 240-264, maio/jun. 2020. ISSN 2236-1766.

Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3348>. Acesso em: 22 out. 2021.

DIAS, Paulo Thiago Fernandes; CALLEGARI, André Luiz; ZAGHLOUT, Sara Alacoque Guerra. As operações de combate à corrupção no Brasil e o impacto nas ciências criminais. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.93, p. 265-291, maio/jun. 2020. ISSN 2236-1766.

Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3236>. Acesso em: 22 out. 2021.

VERONESE, Osmar; ANGELIN, Rosângela. Ser diferente é normal e constitucional: sobre o direito à diferença no Brasil. *Direito Público*, São Paulo, v.17, n.93, p. 292-314, maio/jun. 2020. ISSN 2236-1766.

Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3238>. Acesso em: 22 out. 2021.

Fórum Administrativo, n. 230

DANTAS, Bruno et al. Crise e execução do orçamento público no contexto atual brasileiro. *Fórum Administrativo*, Belo Horizonte, v.20, n.230, p. 9-19, abr. 2020. ISSN 1984-4107.

COSTA, Débora Coelho. Análise crítica sobre a nova Emenda Constitucional nº 105/2019. *Fórum Administrativo*, Belo Horizonte, v.20, n.230, p. 20-27, abr. 2020. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Lucas Soares de. Legalidade, segurança jurídica e boa-fé na interpretação evolutiva do Tribunal de Contas da União a respeito da Lei nº 3.373/1958: o caso do Acórdão 2.780/2016 do TCU. *Fórum Administrativo*, Belo Horizonte, v.20, n.230, p. 28-36, abr. 2020. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Estado de necessidade administrativo e poder de polícia: o caso do novo coronavírus. *Fórum Administrativo*, Belo Horizonte, v.20, n.230, p. 37-45, abr. 2020. ISSN 1984-4107.

NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso; TEIXEIRA, Walkyria de Oliveira Rocha; NELSON, Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso. Do termo de ajustamento de conduta (TAC) e a Instrução Normativa nº 4/2020 da CGU. *Fórum Administrativo*, Belo Horizonte, v.20, n.230, p. 46-56, abr. 2020. ISSN 1984-4107.

AMORINO, Salvador Alberto; VIEGAS, Gabriel Lucas. Uma análise sobre o contexto político, a constitucionalidade e a adequação da PEC 241/16. *Fórum Administrativo*, Belo Horizonte, v.20, n.230, p. 57-63, abr. 2020. ISSN 1984-4107.

MESQUITA, Saulo Marques. Os tribunais de contas e o imperativo do combate à corrupção. *Fórum Administrativo*, Belo Horizonte, v.20, n.230, p. 64-73, abr. 2020. ISSN 1984-4107.

SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes; SARAIVA NETO, Oswaldo Othon de Pontes. Interpretação ao §1º do art. 81 da Lei nº 9.504/97. Definição de “faturamento bruto” para efeito de teto de doações eleitorais por holdings, no período em que tais ofertas eram legalmente permitidas. *Fórum Administrativo*, Belo Horizonte, v.20, n.230, p. 75-93, abr. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Administrativo e Constitucional - Recurso Extraordinário com Repercussão Geral - Ingresso de servidor público transferido em universidade pública, na falta de universidade privada congênere à de origem - Possibilidade - Desprovemento do recurso. STF- Recurso Extraordinário no 601.580/RS. Relator: Edson Fachin. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.230, p. 97-113, abr. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo e Processual Civil - Membro do Ministério Público - Ação para perda do cargo - Competência - Art. 38, §2º, da Lei 8.625/1993 - Tribunal de Justiça. STJ- Recurso Especial nº 1.737.900/SP (2018/0097771-8). Relator: Herman Benjamin. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.230, p. 114-120, abr. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo e Constitucional - Servidor público - Regime próprio de previdência social - Emenda Constitucional nº 41/2003 - Regime de previdência complementar no âmbito federal - Lei nº 12.618/2012 - Servidor egresso de entes políticos com regime jurídico funcional estatutário próprio - Benefícios limitados ao RGPS - Direito ao ingresso no regime próprio de previdência do servidor da União sem limitação ao teto dos benefícios do regime geral da previdência social - Sentença parcialmente reformada. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 0091243-54.2014.4.01.3400/DF. Relator: João Luiz de Sousa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.230, p. 121-126, abr. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Apelação Cível e Remessa Necessária - Concurso público - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Cargo de musicoterapeuta - Alteração das regras do edital após a realização das provas objetivas - Impossibilidade - Violação aos princípios da segurança jurídica, vinculação ao instrumento convocatório e legítima confiança do administrado. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 0188399-48.2017.4.02.5101 (2017.51.01.188399-4). Relator: José Antônio Neiva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.230, p. 127-131, abr. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Apelação - Administração pública - Autonomia universitária - Concurso público - Convocação excepcional - Interesse público - Gravação das provas - Mérito administrativo - Dano moral - Inexistência. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 0016562-78.2012.4.03.6100. Relator: Fábio Prieto. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.230, p. 132-137, abr. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Tributário - Imunidade tributária - Art. 195, §7º, da Constituição Federal - Requisitos do art. 14 do CTN. TRF 4ª R- Apelação Cível no 5032502-11.2017.4.04.7000/PR. Relator: Roger Raupp Rios. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.230, p. 138-141, abr. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo. Servidor público - Verba recebida a maior - Erro operacional da Administração - Equívoco no cadastro do servidor por ocasião de sua posse - Diligência da Administração em corrigir o erro mediante processo administrativo - Devolução ao Erário - Possibilidade - Apelação provida. TRF 5ª R- Apelação Cível nº 0802364-86.2019.4.05.8400. Relator: Rogério Fialho Moreira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.230, p. 142-144, abr. 2020. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 119). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.230, p. 155, abr. 2020. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 231

MACEDO, Alessandro. A COVID-19 e a sua repercussão na administração pública: aspectos fiscais e financeiros a serem observados pela gestão municipal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.231, p. 9-16, maio 2020. ISSN 1984-4107.

CAVALLIERI, Davi Valdetaro Gomes. A autonomia universitária após trinta anos da Constituição Federal de 1988. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.231, p. 17-25, maio 2020. ISSN 1984-4107.

GOMES, Denis Dela Vedova. Princípios e regras jurídicas: conflitos e critérios de solução frente às diretrizes da Lei Federal nº 13.655/2018. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.231, p. 26-33, maio 2020. ISSN 1984-4107.

VERZOLA, Fabio Carvalho. Sobre os requisitos para acúmulo de cargos no âmbito dos militares e a impossibilidade de acúmulo com cargos técnicos e científicos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.231, p. 34-45, maio 2020. ISSN 1984-4107.

KFOURI, Gustavo Swain; KNOERR, Fernando Gustavo. O estado de emergência na saúde no Brasil e o pacto republicano. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.231, p. 46-48, maio 2020. ISSN 1984-4107.

MILESKI, Helio Saul. Inteligência artificial: a nova direção do mundo e a sua utilização na imprevisibilidade de acontecimentos das questões sociais- Pandemia-COVID-19. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.231, p. 49-55, maio 2020. ISSN 1984-4107.

REZENDE, Renato Horta; FARIA, Edimur Ferreira de. Responsabilidade civil no caso das mortes em presídios amazonenses em maio de 2019. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.231, p. 56-68, maio 2020. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. Improbidade administrativa. Art.10, da Lei Federal nº 8.429/92. Impossibilidade de responsabilidade objetiva. Decisão judicial que deve ser conforme a Lei. Condenado que pretende candidatar-se ao cargo político de Deputado Estadual. Propositura de ação rescisória na qual foi concedida medida liminar pelo STJ. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.231, p. 69-70, maio 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Ação Direta de Inconstitucionalidade - 2 - Artigo 25, §2º, da Lei nº 8.935, de 18.11.1994 - Afastamento das atividades notariais e de registro em virtude de diplomação em mandato eletivo - Pretensão de que seja conferida interpretação conforme à Constituição ao dispositivo para que se admita o exercício do mandato de vereador municipal - Impossibilidade - 3 - O art. 54 da Constituição Federal estabelece como regra a incompatibilidade da atividade legiferante com o exercício de função ou cargo em entidades públicas ou privadas que utilizem, gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores públicos - Exceções expressamente previstas no texto constitucional (arts. 38, III; e 56, I) - 4 - Princípio da simetria - Aplicação aos mandatos de deputado estadual e vereador - Art.27, §1º, e art. 29, IX, da Constituição - 5 - Art. 5º, XIII, c/c 22, XVI, da Constituição - Exigência de lei de competência da União para o estabelecimento de restrição ao livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão - 6 - Art. 236, §1º, c/c art. 22, XXV, da Constituição - Atribuição ao legislador ordinário federal para regular as atividades dos notários e dos oficiais de registro - 7 - Previsão, por meio de lei federal, da incompatibilidade do exercício simultâneo da atividade estatal de notários e registradores, exercida por meio de delegação, com a atividade legiferante - Possibilidade - 8 - Revogação da medida cautelar concedida - 9 - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente. STF- Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.531/DF. Relator: Gilmar Mendes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.231, p. 73-77, maio 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [[Jurisprudência] Penal - Ação Penal Originária - Governador do Estado do Amapá - Recursos de Apelação - Peculato-desvio - Conduta típica - Retenção de valores relativos a empréstimos consignados - Perda do cargo de Governador - Apelação do Ministério Público provida - Condenação do réu às penas de reclusão e de multa e ao ressarcimento do Erário. STJ- Ação Penal no 814/DF (2015/0079812-3). Relator: Mauro Campbell Marques. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.231, p. 78-104, maio 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Processual Civil e Administrativo - Mandado de Segurança - Liberação do seguro-desemprego - Empregado público - Ausência de concurso público - Percepção do seguro-desemprego - Descabimento. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 1000001-65.2017.4.01.3311. Relatora: Gilda Sigmaringa Seixas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.231, p. 105-107, maio 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Apelação - Anulação de lançamento fiscal - Imposto de Renda retido na fonte - Pensionista de servidor público estadual - Sentença judicial proferida pela Justiça Estadual reconhecendo a isenção - Art. 6º, XIV e XXI, da Lei nº 7.713/88 - Alienação mental - Repetição do indébito - Competência da Justiça Estadual - Ilegitimidade passiva ad causam da União Federal - Receita pertencente ao Estado - Art. 157, I, da CRFB/88. TRF 2ª R- Apelação Cível no 0008552-86.2017.4.02.5101 (2017.51.01.008552-8). Relator: Luiz Antônio Soares. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.231, p. 108-113, maio 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Agravo de Instrumento - Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa e/ou medida cautelar de arresto - Operação Lava Jato - Acordo de leniência - Extinção do feito em relação às empresas que firmaram o acordo e às pessoas que firmaram a avença na condição de intervenientes-anuentes - Prosseguimento da ação com relação ao pedido declaratório - Impossibilidade. TRF 4ª R- Agravo de Instrumento no 5042987-50.2019.4.04.0000/PR. Relatora: Vânia Hack de Almeida. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.231, p. 114-121, maio 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Processo Administrativo Disciplinar - Instauração contra ex-servidor - Apuração de infrações cometidas quando ainda investido no cargo público - Possibilidade. TRF 5ª R- Apelação Cível no 0810386-45.2019.4.05.8300. Relator: Paulo Roberto de Oliveira Lima. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.231, p. 122, maio 2020. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art.120). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.231, p. 137, maio 2020. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 232

SIMÕES, André Pinho. A desconstrução do ato administrativo unilateral. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.232, p. 9-21, jun. 2020. ISSN 1984-4107.

PEREIRA, Bruno Cláudio Penna Amorim. A dicotomia da atividade legislativa: entre a autonomia parlamentar e a vinculação aos atributos da representação política. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.232, p. 22-35, jun. 2020. ISSN 1984-4107.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Aposentadoria é ato jurídico perfeito: muito cuidado com ela. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.232, p. 36-41, jun. 2020. ISSN 1984-4107.

BORBA, João Paulo Santos. O cumprimento da sentença arbitral condenatória pela Fazenda Pública. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.232, p. 42-51, jun. 2020. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Lucas Soares de. O direito intertemporal e o artigo 6º da EC nº 103/2019: o caso dos empregados públicos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.232, p. 52-60, jun. 2020. ISSN 1984-4107.

VICENTE, Luciano Rosa. A controvérsia sobre a natureza do abandono de cargo público federal e o reflexo na contagem do seu prazo prescricional. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.232, p. 61-73, jun. 2020. ISSN 1984-4107.

GRANATO NETO, Nelson Nei. Políticas públicas e equidade: o papel das fiscalizações dos Tribunais de Contas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.232, p. 74-76, jun. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Conflito de Competência - Justiça do Trabalho versus Justiça Comum - Conflito negativo suscitado pela Justiça Comum - Servidor público - Relação jurídico-administrativa - Regime jurídico único estabelecido pela Lei Municipal nº 57/1998 - Competência da Justiça Comum - Conflito conhecido para declarar a competência da Justiça Comum - Determinação de remessa dos autos ao juízo competente. STF- Conflito de Competência no 8.018/Pl. Relator: Marco Aurélio. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.232, p. 79-81, jun. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo e Constitucional - Mandado de Segurança - Servidor público - Processo Administrativo Disciplinar - Fraude a licitações - Aquisição de equipamentos de informática - Conduta capitulada como crime - Prescrição - Ausência - Rediscussão dos fatos apurados - Necessidade de dilação probatória - Descabimento - Cassação de aposentadoria - Compatibilidade com a Constituição Federal - Precedentes do STJ e STF - Segurança denegada. STJ- Mandado de Segurança no 23.608/DF (2017/0147466-1). Relator: Napoleão Nunes Maia Filho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.232, p. 82-99, jun. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público - Hora extra incorporada em reclamatória trabalhista - Transposição posterior para o regime estatutário - Incompatibilidade da vantagem celetista - Transformação em VPNI - Aumento do valor da verba mediante reajustes - Incabível - Natureza provisória - Sujeição à gradual absorção - Dano moral não caracterizado - Sentença mantida. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 004399-47.2013.4.01.3300/BA. Relator: Francisco Neves da Cunha. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.232, p. 100-105, jun. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Remessa Necessária, Apelações Cíveis - Administrativo - Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro-ANOREG/RJ - Responsáveis por serventias vagas - Legitimidade ativa daqueles que apresentaram autorização expressa em assembleia geral designada para esse fim - Prepostos do poder público - Respeito ao teto remuneratório - Entendimento do STF. TRF 2ª R- Apelação Cível/Reexame Necessário nº 0163142-21.2017.4.02.5101 (2017.51.01.163142-7). Relator: Alcides Martins. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.232, p. 106-117, jun. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Direito Constitucional e Administrativo – Assistência judiciária gratuita – Ação anulatória/condenatória – Servidor público – Laicidade do Estado X Liberdade religiosa – Hermenêutica – Harmonização dos princípios constitucionais – Amplitude do direito de expressão de consciência e crença – Garantia fundamental exercitável nos âmbitos privado e público – Punição disciplinar por citação de versículo bíblico em comunicados internos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Ausência de previsão normativa que admita tal restrição da garantia fundamental de crença – Expressão que constitui direito da personalidade e manifestação cultural – Razoabilidade do exercício e ausência de prejuízo ao interesse público – Ausência também de previsão normativa para as punições – Anulação das punições disciplinares – Danos morais cabíveis, na situação de abusiva, grave e duradoura restrição da garantia fundamental – Apelação provida. TRF 3ª- Apelação Cível no 0001199-60.2012.4.03.6000. Relator: Cotrim Guimarães. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.232, p. 118-147, jun. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Apelação - Administrativo - Remoção - Caso em que, independentemente da distinção adotada pela ré, entre o exercício de função e encargo, a transferência do autor para delegacia da Polícia Rodoviária Federal localizada em outra localidade decorreu de ato administrativo de remoção, com base legal no art. 36, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 8.112/90 - É vedado à Administração Pública dar outra conotação jurídica ao ato de remoção efetivado - Ao assim agir, incorre a parte ré na máxima venire contra factum proprium (vedação ao comportamento contraditório), na medida em que a Administração dispensou o autor do encargo de substituto do chefe do núcleo de policiamento e fiscalização da 13ª Delegacia em Uruguaiana, com efeitos retroativos a 1º/01/2018, mas ainda mantém o autor naquela localidade de Uruguaiana, contra a vontade do servidor - Sentença reformada, para que seja assegurado ao autor o direito de remover-se para a localidade de interesse, sem prejuízo do pagamento da ajuda de custo correspondente e das demais vantagens previstas para o caso, na forma da regulamentação interna da Polícia Rodoviária Federal - Apelo provido. TRF 4ª R- Apelação Cível nº 5001945-86.2018.4.04.7103/RS. Relator: Cândido Alfredo Silva Leal Júnior. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.232, p. 148-150, jun. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Apelação - Preliminar - Concessão de gratuidade de justiça - Possibilidade - Programa Mais Médicos - Chamamento público - Habilitação para exercício da medicina - Apresentação de documentos apenas no ato da inscrição - Súmula nº 266/STJ - Desnecessidade, salvo se por outros motivos houver o desatendimento das exigências do edital do programa - Entrega da documentação após fase de análise e já concluído módulo de acolhimento e avaliação - Impossibilidade - Apelação parcialmente provida. TRF 5ª R- Apelação Cível nº 0803073-27.2019.4.05.8302. Relator: Francisco Roberto Machado. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.232, p. 151-153, jun. 2020. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 121). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.232, p. 173, jun. 2020. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 233

TORRES NETO, Benedito. A descriminalização do aborto até a 12ª semana de gravidez: inconstitucionalidade da ADPF nº 442. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.233, p. 9-15, jul. 2020. ISSN 1984-4107.

RIBEIRO, Gláucia Maria de Araújo; MARINHO, Vânia Maria do Perpétuo Socorro Marques. Compliance, sua evolução e reflexos na construção de uma política anticorrupção no Brasil. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.233, p. 16-29, jul. 2020. ISSN 1984-4107.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. O mar não está para o servidor público. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.233, p. 30-34, jul. 2020. ISSN 1984-4107.

CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de; CUNHA, Walter Luis Araujo da; CAMARÃO, Tatiana. Plano de intensificação do teletrabalho nos órgãos e entidades públicas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.233, p. 35-42, jul. 2020. ISSN 1984-4107.

SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes; SARAIVA NETO, Oswaldo Othon de Pontes. Responsabilidade civil extracontratual objetiva do Estado por expedição ilegal de ato expropriatório. Dever de indenização por danos patrimoniais e morais causados ao administrado. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.233, p. 43-74, jul. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Ação Direta de Inconstitucionalidade - Direito Administrativo - Servidores públicos federais - Legitimidade ativa ad causam - Pertinência temática - Art. 103, IX, da Constituição da República - Alegação de inconstitucionalidade material do artigo 5º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com as alterações posteriores - Ausência de alteração substancial - Modificação meramente terminológica - O artigo 5º da Lei nº 13.464/2017 apenas conferiu nova denominação à carreira, doravante carreira tributária e aduaneira da Receita Federal do Brasil, composta dos cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - Ausência de prejuízo ao exame do mérito - Jurisprudência consolidada deste Supremo Tribunal Federal que impede ascensão, transferência, enquadramento, mudança ou transformação em outro cargo - Súmula Vinculante nº 43 desta Corte - Imprecisão terminológica: uso do conceito de carreira de modo apartado do seu sentido constitucional - Interpretação conforme a Constituição - Procedência parcial. STF- Ação Direta de Inconstitucionalidade no 5.391/DF. Relatora: Rosa Weber. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.233, p. 75-91, jul. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo e Processual Civil - Agravo Interno no Recurso Especial - Remoção por motivo de saúde do cônjuge - Situação provisória - Necessidade de que a esposa do servidor seja submetida à junta médica oficial. STJ- Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.805.591/DF (2019/0000522-4). Relator: Og Fernandes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.233, p. 92-93, jul. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Processo Civil - Mandado de Segurança - Servidor - Aposentadoria concedida há mais de 11 anos - Cassação por Acórdão do TCU - Súmula nº 74 do TCU - Contagem do período de inatividade para fins de aposentadoria - Possibilidade - Precedentes da Primeira Turma - Sentença mantida. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 0000615-08.2012.4.01.3200/AM. Relatora: Olívia Merlin Silva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.233, p. 94-95, jul. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Apelação em Mandado de Segurança - Improbidade administrativa - Penalidade - Perda da função pública limitada ao cargo no qual se realizou a conduta questionada - Sentença reformada. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 0101740-36.2017.4.02.5101 (2017.51.01.101740-3). Relator: José Antônio Neiva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.233, p. 96-98, jul. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Direito Constitucional e Administrativo - Servidor público federal - Professor de universidade pública - Estabilidade condicionada à aprovação em avaliação ao término do estágio probatório - Art. 20, §2º da Lei nº 8.112/90 - Garantias constitucionais ao contraditório e à ampla defesa - Garantias constitucionais à liberdade de manifestação do pensamento e liberdade de cátedra - Violação - Controle judicial - Apreciação das demais infrações imputadas ao impetrante - Mérito administrativo - Apelações não providas - Reexame Necessário não provido. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 0000538-32.2009.4.03.6115. Relator: Wilson Zauhy. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.233, p. 99-102, jul. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Agravo de Instrumento - Ação Civil Pública por ato de improbidade - Operação Lava a Jato - Inclusão de pedido de condenação dos réus por danos morais coletivos - Possibilidade. TRF 4ª R- Agravo de Instrumento nº 5006271-24.2019.4.04.0000/PR. Relator: Rogério Favreto. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.233, p. 103-121, jul. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público - Licença capacitação para conclusão de dissertação de mestrado - Redução anterior de carga horária - Irrelevância - Segurança concedida - Remessa Necessária improvida. TRF 5ª R- Remessa Necessária Cível nº 0811284-76.2019.4.05.8100. Relator: Manoel de Oliveira Erhardt. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.233, p. 122-123, jul. 2020. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art.122). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.233, p. 139, jul. 2020. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 234

GONÇALVES, André Luiz de Matos. A força extintiva da prescrição do dano ao erário e as decisões dos tribunais de contas: nem tudo é jogo de soma zero. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.234, p. 9-20, ago. 2020. ISSN 1984-4107.

TORRES NETO, Benedito. Críticas sobre o princípio do seguro prudente de Dworkin: a comparação entre os sistemas de saúde no Brasil e nos Estados Unidos da América à luz do princípio da proibição da omissão ou insuficiência e da precaução. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.234, p. 21-34, ago. 2020. ISSN 1984-4107.

VALENTE, Christiano Mendes Wolney. Análise jurídica do PIB como índice e suas opções subjacentes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.234, p. 35-56, ago. 2020. ISSN 1984-4107.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; LOUREIRO, Caio de Souza. Contratações administrativas e Covid-19: passado, presente e futuro na regulamentação das licitações e contratos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.234, p. 57-68, ago. 2020. ISSN 1984-4107.

MARQUES, Jaqueline Jacobsen; HORNICK, Carmen. O sistema de controle de ética para a promoção da boa governança nos Tribunais de Contas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.234, p. 69-80, ago. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - Direito Constitucional e Administrativo - Estatuto Constitucional das Liberdades - Obrigação de policial residir na sede da unidade em que atua - Compatibilidade com a Carta de 1988 - Proibição de ausentar-se da comarca como regra prevista em estatuto jurídico de servidor público - Não recepção pela Constituição de 1988 - Artigo 5º, XV e LIV, da CRFB - ADPF julgada parcialmente procedente. STF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 90/ES. Relator: Luiz Fux. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.234, p. 95-98, ago. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo e Processual Civil - Agravo Interno no Recurso Especial - Concurso público - Preterição - Prescrição do direito de ação - Inexistência - Lei nº 7.144/83 - Inaplicabilidade - Prescrição quinquenal - Decreto nº 20.910/32 - Precedentes do STJ - Agravo Interno improvido. STJ - Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.643.048/GO (2016/0319403-3). Relatora: Assusete Magalhães. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.234, p. 99-108, ago. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Constitucional - Administrativo - Ensino superior - Servidor público militar - Transferência ex officio - Aluno matriculado em curso superior de fisioterapia - Transferência para instituição de ensino superior congênere na localidade do novo domicílio - Inexistência do mesmo curso - Transferência para curso afim - Possibilidade - Segurança concedida - Sentença reformada. TRF 1ª R - Apelação Cível nº 1000030-15.2016.4.01.3000. Relatora: Danielle Maranhão. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.234, p. 109-111, ago. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Remessa necessária - Ação de improbidade administrativa - Fundação privada - Verba federal - SUS - Nomeação - Cargo de assessor - Filho do presidente da instituição - Nepotismo. TRF 2ª R - Remessa Ex Officio nº 0034278-22.2018.4.02.5103 (2018.51.03.034278-0). Relator: Guilherme Couto de Castro. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.234, p. 112-114, ago. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público - Concurso público - Apresentação de certidões - Força maior. TRF 3ª R - Apelação Cível nº 5000460-42.2016.4.03.6103. Relator: Cotrim Guimarães. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.234, p. 115-116, ago. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Processual Civil - Mandado de Segurança - Remessa necessária - Servidor público civil - Licença por motivo de afastamento do cônjuge - Sem remuneração - Art. 84, caput e §1º, da Lei nº 8.112/90 - Discricionariedade afastada - Deslocamento em razão de cargo em empresa privada - Possibilidade - Ordem concedida. TRF 4º R - Apelação/Remessa Necessária nº 5051727-37.2019.4.04.7100/RS. Relatora: Vânia Hack de Almeida. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.234, p. 117-119, ago. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Agravo de Instrumento - Administrativo - Servidor público - Remoção - Edital de remoção prorrogado - Ausência de previsão no instrumento convocatório - Impossibilidade - Princípio da legalidade - Agravo de Instrumento não provido. TRF 5º R - Agravo de Instrumento nº 0802601-66.2020.4.05.0000. Relator: Edilson Pereira Nobre Júnior. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.234, p. 120-121, ago. 2020. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 123). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.234, p. 145, ago. 2020. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 235

MOURA, Emerson Affonso da Costa; LIMA, Leonardo Pereira de. Análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no ano de 2019 em matéria de direito administrativo. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.235, p. 9-25, set. 2020. ISSN 1984-4107.

COSTA, Eugênio Geraldo Barroso. Estado do direito e as transformações do direito administrativo sancionador. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.235, p. 26-34, set. 2020. ISSN 1984-4107.

MACHADO, Gabriela Mendes; MACIEL JÚNIOR, Vicente de Paula. Implicações jurídicas da pandemia de coronavírus: o processo coletivo como alternativa democrática para traçar de medidas de contenção da prorrogação do vírus. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.235, p. 35-43, set. 2020. ISSN 1984-4107.

AZEM, Henrique Beux Nassif. A proibição ao direito de greve de servidores públicos na perspectiva das jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.235, p. 44-54, set. 2020. ISSN 1984-4107.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Lei Complementar nº 173/2020. Breve análise (primeira parte). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.235, p. 55-59, set. 2020. ISSN 1984-4107.

ROCHA, Rodrigo Maia. Fake news e eleições: desafios do combate à desinformação no processo eleitoral. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.235, p. 60-73, set. 2020. ISSN 1984-4107.

SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes. Consulta sobre a ilegalidade do Decreto Expropriatório do Estado do Rio de Janeiro nº 43.892/2012. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.235, p. 75-83, set. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Recurso Extraordinário - Constitucional - Administrativo - Concurso público - Candidata grávida à época da realização do teste de aptidão física - Possibilidade de remarcação independente de previsão editalícia - Direito à igualdade, dignidade humana e liberdade reprodutiva - Recurso Extraordinário desprovido. STF- Recurso Extraordinário nº 1.058.333/PR. Relator: Luiz Fux. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.235, p. 85-104, set. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Ex-combatente - Pensão por morte - Direito vedado na lei à viúva que voltar a casar - Ex-esposa em união estável - Condição de companheira - Impedimento. STJ- Recurso Especial no 1.386.713/SC. Relator: Gurgel de Faria. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.235, p. 105-107, set. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Mandado de Segurança - Conselho de Fiscalização Profissional - OAB/MA - Inscrição - Indeferimento - Servidor público municipal - Agente de Trânsito - Hipótese de incompatibilidade, não de simples impedimento, para o exercício da advocacia - Lei nº 8.906/1994, art. 28, V - Jurisprudência mais recente do STJ - Apelação e Remessa Oficial providas. TRF 1ª R- Apelação/Reexame Necessário nº 0003320-60.2014.4.01.3700/MA. Relator: Marcos Augusto de Sousa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.235, p. 108-109, set. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor civil - Aposentadorias e pensão por morte - Cumulação - Possibilidade - Naturezas jurídicas distintas - IPCA - Aplicabilidade - Remessa Necessária e Apelação improvidas - Honorários majorados. TRF 2ª R- Apelação Cível/Reexame Necessário nº 0035510-12.2017.4.02.5101 (2017.51.01.035510-6). Relator: Alcides Martins. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.235, p. 110-113, set. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Administrativo, Civil e Processual Civil - Responsabilidade por dano extrapatrimonial - Processo administrativo disciplinar - Servidor portador de distúrbios psiquiátricos - Negativa da comissão processante em instaurar o incidente de insanidade mental - Descumprimento do art. 160 da Lei 8.112/90 - Demissão injustificada - Reintegração posterior determinada judicialmente - Dano moral configurado - Apelação do autor provida - Apelação da União acerca de arbitramento de honorários advocatícios prejudicada. TRF 3ª R- Apelação Cível no 0006437-15.2012.4.03.6112. Relator: Hélio Nogueira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.235, p. 114-125, set. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público - Policial Federal - Pagamento antecipado de diárias para deslocamento em operação da Polícia Federal - Hipótese regulamentar que dispensava o pagamento antecipado - Recusa injustificada do agente policial - Materialidade da infração - Inexistência de nulidades e observância do devido processo legal no procedimento de apuração da infração - Precedentes do Tribunal - Afastamento da litispendência em relação à ação coletiva - Apelação parcialmente provida apenas quanto à litispendência - Sentença de improcedência mantida. TRF 4ª R- Apelação Cível nº 5080330-08.2014.4.04.7000/PR. Relator: Cândido Alfredo Silva Leal Júnior. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.235, p. 126-133, set. 2020. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Agravo de Instrumento - Ação Civil Pública - Resolução nº 31/2019/CONPEPE - Critérios de caráter geográfico, na instituição de políticas públicas de incentivo regional no processo seletivo de ingresso na universidade. TRF 5ª R- Agravo de Instrumento no 0804354-58.2020.4.05.0000. Relator: Leonardo Carvalho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.235, p. 134-136, set. 2020. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 124). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.20, n.235, p. 157, set. 2020. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 254

MOUTINHO, Donato Volkers. Os tribunais de contas e a responsabilização financeira dos governantes: aplicação de multa e imputação de débito a presidentes da república, governadores e prefeitos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.254, p. 13-34, abr. 2022. ISSN 1984-4107.

PRADO, Fabiana Lemes Zamalloa do. A indisponibilidade de bens na nova Lei de Improbidade Administrativa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.254, p. 35-58, abr. 2022. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. A indisponibilidade de bens na nova Lei de Improbidade Administrativa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.254, p. 59-69, abr. 2022. ISSN 1984-4107.

CUNHA, Marcelo Garcia da. O serviço público e suas dimensões prestacionais. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.254, p. 71-84, abr. 2022. ISSN 1984-4107.

MAZZEI, Marcelo Rodrigues; SILVEIRA, Sebastião Sérgio da. O direito à redução de jornada de servidor público responsável pelos cuidados de pessoa com deficiência frente à ausência de norma específica do ente federativo. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.254, p. 85-100, abr. 2022. ISSN 1984-4107.

FARIA, Carolina Lemos de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 143). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.254, p. 203-205, abr. 2022. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Recurso Extraordinário – Repercussão geral – Direito Constitucional, Tributário e Previdenciário – Lei estadual que aumenta as alíquotas da contribuição previdenciária dos servidores públicos – Ausência de estudo atuarial prévio à edição da lei impugnada – Inconstitucionalidade não configurada – Fixação do percentual de 13,25% – Ausência de afronta aos princípios da razoabilidade e da vedação ao confisco. STF - Recurso Extraordinário com Agravo nº 875.958/GO. Relator: Luís Roberto Barroso. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.254, p. 101-124, abr. 2022. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Recurso Especial – Administrativo – Servidor público – Demissão – Posterior anulação administrativa do ato – Reintegração ao cargo – Artigo 28 da Lei nº 8.112/90 – Pretensão de recebimento de diversas parcelas pecuniárias que deixou de perceber nesse interregno – Exercício ficto – Possibilidade apenas em relação a algumas das vantagens pleiteadas – Impossibilidade de recebimento das rubricas concernentes ao auxílio-transporte e ao adicional de insalubridade – Ausência de atendimento de requisitos específicos. STF - Recurso Especial nº 1.941.987/PR (2021/0169608-4). Relator: Sérgio Kukina. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.254, p. 125-133, abr. 2022. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo – Concurso público – Cargo de Policial Rodoviário Federal – Teste de aptidão física – Reprovação – Exigência do uso de máscara em razão da pandemia da Covid-19 – Legalidade – Ausência de irregularidades. TRF 1ª R - Apelação Cível nº 1026509-85.2021.4.01.3900. Relator: Souza Prudente. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.254, p. 135-147, abr. 2022. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo – Previdenciário – Ação anulatória de decisão administrativa – Pensão por morte de servidor civil – Bigamia – Decisão que garante cota-parte de 50% para cada ex-esposa – Nulidade do ato – Situação não autorizada no ordenamento jurídico pátrio. TRF 2ª R - Apelação Cível nº 0030294-22.2007.4.02.5101/RJ. Relator: Marcelo Pereira da Silva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.254, p. 149-154, abr. 2022. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Administrativo – Servidor público – Remoção por permuta – Posterior quebra de reciprocidade – Retorno ao órgão de origem – Remoção de ofício – Ajuda de custo devida – Artigo 53 da Lei nº 8.112/90 – Pagamento dos atrasados – Juros de mora – Termo inicial – Atualização do débito. TRF 3ª R - Apelação/Remessa Necessária nº 0042987-19.2015.4.03.6301. Relator: Helio Nogueira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.254, p. 155-170, abr. 2022. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo – Improbidade administrativa – Utilização de recursos da Caixa Econômica Federal em benefício próprio – Demissão na esfera administrativa – Aplicação da pena de perda da função pública em Ação Civil Pública – Possibilidade – Independência relativa entre as esferas. TRF 4ª R - Apelação Cível nº 5002117-17.2017.4.04.7215/SC. Relator: Luís Alberto D’Azevedo Aurvalle. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.254, p. 171-176, abr. 2022. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo – Concurso público – Polícia Rodoviária Federal – Teste de Aptidão - TAF – Candidato diagnosticado com Covid-19 na data do exame – Requerimento de remarcação – Impossibilidade – Previsão editalícia. TRF 5ª R - Agravo de Instrumento nº 0800162-14.2022.4.05.0000. Relator: Cid Marconi Gurgel de Souza. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.254, p. 177-181, abr. 2022. ISSN 1984-4107.

Fórum de Contratação e Gestão Pública, n. 244

SOUZA, Ana Paula Peresi de. O direito à remuneração contratual em contratos administrativos invalidados segundo o Superior Tribunal de Justiça. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.244, p. 13-49, abr. 2022. ISSN 1676-5826.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Licitações - A nova Lei - 12. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.244, p. 51-69, abr. 2022. ISSN 1676-5826.

FURTADO, Madeline Rocha; VIEIRA, Antonieta Pereira. A Lei de Licitações nº 14.133/2021: velhos atores para uma nova lei, afinal quem licita e quem fiscaliza os contratos?. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.244, p. 71-85, abr. 2022. ISSN 1676-5826.

OLIVEIRA, Márcio Berto Alexandrino de. A desnecessidade de desincompatibilização do pretenso candidato que mantém contrato administrativo com cláusulas uniformes. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.244, p. 87-105, abr. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas - Vinculação administrativa à Corte de Contas - Competência de Tribunal de Contas para fazer instaurar processo legislativo concernente à organização do Ministério Público que perante si atua - Norma constitucional estadual que exige lei complementar para dispor sobre a organização do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas - Inconstitucionalidade - Restrição do arranjo democrático-representativo desenhado pela Constituição Federal e violação do princípio da simetria - Impossibilidade de equiparação de vencimentos e vantagens - Violação do art. 37, inciso XIII, e do art. 130 da CF/88. STF- Ação Direta de Inconstitucionalidade no 3.804/AL. Relator: Dias Toffoli. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.244, p. 107-123, abr. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual Civil - Agravo Interno no Conflito de Competência - Conflito negativo de competência instaurado entre juízos Estadual e Federal - Ação de improbidade administrativa ajuizada por ente municipal em razão de irregularidades em prestação de contas de verbas federais - Mitigação das Súmulas nºs 208/STJ e 209/STJ - Competência cível da Justiça Federal (art. 109, I, da CF) absoluta em razão da pessoa - Ausência de ente federal em qualquer dos pólos da relação processual - Jurisprudência do STJ - Competência da Justiça Estadual - Agravo Interno não provido. STJ- Agravo Interno no Conflito de Competência nº 174.764/MA (2020/0234871-0). Relator: Mauro Campbell Marques. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.244, p. 125-134, abr. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Ação Popular - Contratos de prestação de serviços de análises clínicas e laboratoriais - Credenciamento - Legalidade - Hipótese de inexigibilidade de licitação - Improcedência do pedido - Remessa Oficial desprovida. TRF 1ª R- Remessa Necessária Cível no 0039796-81.2015.4.01.3500. Relator: Jamil Rosa de Jesus Oliveira. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.244, p. 135-139, abr. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Agravo de Instrumento - Tutela de Urgência - Contrato de concessão - Infraero - Situação de calamidade pública (Covid-19) - Grave déficit de faturamento - Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro - Possibilidade - Agravo provido com contracautela. TRF 4ª R- Agravo de Instrumento nº 5008910-44.2021.4.04.0000/PR. Relator: Victor Luiz dos Santos Laus. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.244, p. 141-151, abr. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Processual Civil - Administrativo - Ação Civil Pública - Vinculação das verbas do FUNDEF/FUNDEB - Legitimidade ativa da União - Competência da Justiça Federal - Ineficácia de cláusula do contrato de prestação de serviços advocatícios que permite utilização dos valores em finalidade diversa - Parcial provimento das Apelações. TRF 5ª R- Apelação Cível no 0800020-96.2018.4.05.8003. Relator: Rogério de Meneses Fialho Moreira. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.244, p. 153-162, abr. 2022. ISSN 1676-5826.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado. [Jurisprudência] Consulta - Licitação - Inexigibilidade - Aquisição de material didático - Inviabilidade de competição - Dispensa - Hipótese específica - Inocorrência. TCE- Processo nº 1112571. Relator: Cláudio Couto Terrão. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.244, p. 163-168, abr. 2022. ISSN 1676-5826.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações à Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 21). Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.244, p. 193-198, abr. 2022. ISSN 1676-5826.

Fórum de Direito Urbano e Ambiental, v. 21, n. 122

EL KHALILI, Amyra. Commodities ambientais: o paradigma organicista como contraponto à privatização e financeirização da natureza. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v.21, n.122, p. 11-41, mar./abr. 2022. ISSN 1676-6962.

BOLONHA, Carlos Alberto Pereira das Neves; ARAUJO, Guilherme Corrêa de. O papel do direito e das políticas públicas na promoção de uma matriz energética limpa e sustentável. A aproximação tridimensional (competição, sustentabilidade e segurança). Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v.21, n.122, p. 43-85, mar./abr. 2022. ISSN 1676-6962.

LOSS, Vinícius. Como as cidades deveriam se expandir de acordo com a lei: a complexidade e excesso de burocracia na aprovação e registro do loteamento como possível causa de estímulo à informalidade. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v.21, n.122, p. 87-121, mar./abr. 2022. ISSN 1676-6962.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Ação direta de inconstitucionalidade - Ambiental - Área de preservação permanente - Federalismo - Competência legislativa concorrente - Flexibilização de ocupação antrópica em APPs por meio de legislação estadual - Inadmissibilidade - Invasão de competência da União - Tema regulado de forma exauriente por legislação federal - Inconstitucionalidade formal - Procedência do pedido. STF- Ação Direta de Inconstitucionalidade no 5.675/MG. Relator: Ricardo Lewandowski. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v.21, n.122, p. 123-131, mar./abr. 2022. ISSN 1676-6962.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Ação direta de inconstitucionalidade - Direito constitucional ambiental - Redução do território da área da proteção ambiental de Tamoios por meio de decreto estadual - Art. 1º do Decreto nº 44.175/2013 do Estado do Rio de Janeiro - Inobservância do princípio da reserva legal - Art. 225, §1º, III, da Constituição Federal - Precedentes - Afronta ao dever de preservação e aos postulados da vedação do retrocesso e da proibição da proteção insuficiente - Art. 225, caput, da Lei Maior - Pedido julgado procedente. STF- Ação Direta de Inconstitucionalidade no 5.676/RJ. Relator: Ricardo Lewandowski. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v.21, n.122, p. 133-142, mar./abr. 2022. ISSN 1676-6962.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Constitucional, administrativo e processual civil - Ação Civil Pública - Agência Nacional de Mineração (ANM) - Exploração mineral em terras indígenas - Autorizações de pesquisa e exploração mineral e requerimentos administrativos em curso - Nulidade de pleno direito - Cancelamento dos títulos - Requisitos estabelecidos pela Constituição Federal - Inobservância - Ausência de normas específicas - Atividade econômica de alto impacto socioambiental - Impossibilidade de restrição apenas nas áreas de terras indígenas demarcadas - Eventual necessidade de licenciamento ambiental com consulta prévia, livre e informada das comunidades indígenas (Convenção 169, OIT) - Admissibilidade recursal - Falta de legitimidade e interesse processual - Preclusão - Não conhecimento do recurso da Vale S/A. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 1003698-81.2019.4.01.3907. Relator: Souza Prudente. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v.21, n.122, p. 143-154, mar./abr. 2022. ISSN 1676-6962.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Ambiental - Unidade de reciclagem, tratamento e destinação final de resíduos - Proximidade de unidade de conservação - Interior de área de proteção ambiental - Competência para licenciamento - IBAMA - ICMBIO. TRF 4ª R- Apelação Cível no 5000325-40.2012.4.04.7009/PR. Relatora: Vânia Hack de Almeida. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v.21, n.122, p. 155-176, mar./abr. 2022. ISSN 1676-6962.

Revista Brasileira de Direito Civil, v. 25, n. 3

SANTOS, Samory Pereira. Guarda de animais: uma perspectiva tridimensional. Revista Brasileira de Direito Civil, Rio de Janeiro, v.25, n.3, p. 19-39, jul./set. 2020. ISSN 23586974.

Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/346>. Acesso em: 29 out. 2021.

ROCHA, Márcio Oliveira. Liberdade versus responsabilidade no relacionamento familiar paralelo: uma análise do art. 14, parágrafo único, do estatuto das famílias (PLS 470/2013). *Revista Brasileira de Direito Civil*, Rio de Janeiro, v.25, n.3, p. 41-56, jul./set. 2020. ISSN 23586974.

Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/388>. Acesso em: 29 out. 2021.

ZANON JUNIOR, Orlando Luiz; ENZWEILER, Romano José. A incerteza na responsabilidade civil. *Revista Brasileira de Direito Civil*, Rio de Janeiro, v.25, n.3, p. 57-82, jul./set. 2020. ISSN 23586974.

Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/479>. Acesso em: 29 out. 2021.

TEFFÉ, Chiara Antonia Spadaccini de; TEPEDINO, Gustavo. O consentimento na circulação de dados pessoais. *Revista Brasileira de Direito Civil*, Rio de Janeiro, v.25, n.3, p. 83-116, jul./set. 2020. ISSN 23586974.

Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/521>. Acesso em: 29 out. 2021.

TARTUCE, Flavio. Fundamentos do direito das sucessões em outros sistemas e no Brasil. *Revista Brasileira de Direito Civil*, Rio de Janeiro, v.25, n.3, p. 117-140, jul./set. 2020. ISSN 23586974.

Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/549>. Acesso em: 29 out. 2021.

ANDRADE, Fábio Siebeneichler de. Notas sobre o enquadramento da cláusula earn out na teoria geral do contrato de compra e venda. *Revista Brasileira de Direito Civil*, Rio de Janeiro, v.25, n.3, p. 141-154, jul./set. 2020. ISSN 23586974.

Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/579>. Acesso em: 29 out. 2021.

AMIRANASHVILI, Giorgi. Compatibility of the law of Georgia “on competition” with EU competition law related to information sharing and participation/attendance at meetings. *Revista Brasileira de Direito Civil*, Rio de Janeiro, v.25, n.3, p. 157-178, jul./set. 2020. ISSN 23586974.

Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/634>. Acesso em: 29 out. 2021.

REGIS, Erick da Silva; DIAS, Diego Corrêa Lima de Aguiar. Comentários ao ERESP nº. 1.280.825/RJ: a execução pelo equivalente e os termos do art. 475 do Código Civil. *Revista Brasileira de Direito Civil*, Rio de Janeiro, v.25, n.3, p. 181-210, jul./set. 2020. ISSN 23586974.

Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/560>. Acesso em: 29 out. 2021.

SALGADO, Bernardo Gonçalves Petrucio. Redução equitativa das arras: para que serve o sinal de confirmação?. *Revista Brasileira de Direito Civil*, Rio de Janeiro, v.25, n.3, p. 211-233, jul./set. 2020. ISSN 23586974.

Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/635>. Acesso em: 29 out. 2021.

Revista Brasileira de Direito Comercial, Concorrencial e do Consumidor, n. 46

FERREIRA, João Pedro Algarte Domenes; PRAZAK, Maurício Ávila. Os três planos do negócio jurídico processual: uma análise doutrinária e jurisprudencial. *Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v.8, n.46, p. 5-24, abr./maio 2022. ISSN 2359-1137.

ANTUNES, José Engrácia. A participação acionista indireta. *Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v.8, n.46, p. 25-41, abr./maio 2022. ISSN 2359-1137.

PEGHINI, Cesar Calo; BRAGA, Thiago Melim. A aplicação de técnicas de negociação nas assembleias gerais de credores. *Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v.8, n.46, p. 42-62, abr./maio 2022. ISSN 2359-1137.

ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. Noções gerais sobre a legislação autoral alemã. *Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v.8, n.46, p. 63-88, abr./maio 2022. ISSN 2359-1137.

ASSIS, Elisa Souza Picorelli; REZENDE, Julia Ribeiro de. Arbitragem e administração pública: princípio da publicidade versus o princípio da confidencialidade. *Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v.8, n.46, p. 89-121, abr./maio 2022. ISSN 2359-1137.

FERREIRA, Humberto Augusto Borges. Recorribilidade de despacho judicial que causa grave dano ao direito ou prejuízo à parte. *Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v.8, n.46, p. 122-138, abr./maio 2022. ISSN 2359-1137.

AMARAL, Fernanda Costa Neves do. Alienação fiduciária em garantia. *Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v.8, n.46, p. 139-165, abr./maio 2022. ISSN 2359-1137.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Ação de dissolução parcial de sociedade - Exclusão de sócio - Decisão que homologa transação - Natureza jurídica de sentença - Recurso cabível - Apelação - Erro grosseiro - Não autorizada a aplicação do princípio da fungibilidade. STJ- Recurso Especial nº 1.954.643. Relatora: Nancy Andrighi. *Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v.8, n.46, p. 166-172, abr./maio 2022. ISSN 2359-1137.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Incorporação Imobiliária - Legitimidade Passiva da Incorporadora para o Pedido de Restituição da SATI - Tema 939/STJ - Cláusula Penal Moratória - Previsão para o Caso de Atraso na Entrega da Obra - Cessação na Data do Habite-se - Descabimento - Termo Ad Quem - Data da Efetiva Entrega das Chaves - Tema 966/STJ - Sucumbência Recíproca - Pretensão de Redimensionamento - Ausência de Prequestionamento - Óbice da Súmula 282/STJ. STJ- Recurso Especial nº 1.827.060. Relator: Paulo De Tarso Sanseverino. *Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v.8, n.46, p. 173-186, abr./maio 2022. ISSN 2359-1137.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado. [Jurisprudência] Ação de rescisão de contrato de franquia, cumulada com pedidos de índole indenizatória, proposta por franqueados contra franqueadora (“Emagresee”) - Reconvenção de cobrança de royalties e de multa contratual - Sentença de parcial procedência da ação e parcial procedência da reconvenção - Apelação dos autores. TJSP- Apelação Cível nº 1032315-87.2020.8.26.0576. Relator: Cesar Ciampolini. *Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v.8, n.46, p. 187-202, abr./maio 2022. ISSN 2359-1137.

Revista Brasileira de Direito Público, n. 76

VALE, Luís Manoel Borges do; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Os impactos da reforma da Lei de Improbidade Administrativa na advocacia pública. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.76, p. 9-29, jan./mar. 2022. ISSN 1678-7072.

GABRIEL, Ivana Mussi; CALÇADO, Gustavo. Novo marco legal da improbidade administrativa no Brasil: questão de alta transcendência. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.76, p. 31-41, jan./mar. 2022. ISSN 1678-7072.

MARQUES, Marcel Bernardi; OLIVEIRA-CASTRO, Jorge M. Pequena corrupção: particularidades e sua propensão a punir. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.76, p. 43-65, jan./mar. 2022. ISSN 1678-7072.

MENDONÇA, José Vicente Santos de. Notas sobre as categorias da “resistência” e do “retrocesso de direitos”. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.76, p. 67-81, jan./mar. 2022. ISSN 1678-7072.

MOÇA, Ricardo Benetti Fernandes. Mecanismos de aperfeiçoamento do controle preventivo de constitucionalidade exercido pelo Poder Legislativo. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.76, p. 83-111, jan./mar. 2022. ISSN 1678-7072.

FEITOSA, Dulce Anne Freitas. A Emenda Constitucional nº 103/2019 e a nova ordem constitucional acerca da aposentadoria voluntária e a vacância de cargo público. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.76, p. 113-147, jan./mar. 2022. ISSN 1678-7072.

HUPSEL, Edite; AGUIAR, Risane; LAGO FILHO, José Ângelo. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e o direito à obtenção de cópia de processo administrativo. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.76, p. 149-158, jan./mar. 2022. ISSN 1678-7072.

SAADI, Mário. A Lei nº 14.133 e o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): sugestões sobre sua utilização. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.76, p. 159-166, jan./mar. 2022. ISSN 1678-7072.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; CARMO, Thiago Gomes do. Estado consensual e os desafios da inovação: sandbox regulatório como instrumento de experimentalismo controlado. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.76, p. 167-189, jan./mar. 2022. ISSN 1678-7072.

VIEIRA, André Luís. Aspectos jurídicos dos fundos patrimoniais (endowments) no Brasil. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.76, p. 191-207, jan./mar. 2022. ISSN 1678-7072.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Recurso extraordinário - Direito constitucional - Processual - Administrativo - Tema nº 606 da sistemática da repercussão geral - Competência da justiça federal - Reintegração de empregados públicos - Empresa de Correios e Telégrafos - (ECT) - Dispensa em razão de aposentadoria voluntária - Extinção do vínculo - EC nº 103, de 2019 - Cumulação - Proventos e vencimentos - Recurso ordinário não provido. STF - Recurso Extraordinário nº 655.283/DF. Relator: Marco Aurélio. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.76, p. 211-242, jan./mar. 2022. ISSN 1678-7072.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Embargos de declaração em recurso extraordinário com repercussão geral - Tema nº 445 da sistemática da repercussão geral - Julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, pelos tribunais de contas - Prazo decadencial de cinco anos, a contar da chegada do processo à respectiva corte de contas - Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade - Efeitos infringentes - Não configuração de situação excepcional - Embargos de Declaração rejeitados. STF - Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário nº 636.553/RS. Relator: Gilmar Mendes. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.76, p. 243-247, jan./mar. 2022. ISSN 1678-7072.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Agravo interno na suspensão de segurança - Previdenciário - Competência para a fixação de alíquotas de contribuição - Policiais e bombeiros militares - Art. 22, XXI, da CF, com a redação da EC nº 103/2019 - Decisões impugnadas que afirmam a competência da União - Alegação de risco à economia pública - Ocorrência - Preservação da competência legislativa do estado autor - ACO nº 3.396 - Declaração de inconstitucionalidade do art. 24-C do Decreto-Lei nº 667/1969, redação da Lei nº 13.954/2019 - Medidas liminares confirmadas - Suspensão que se julga procedente - Agravo desprovido. STF - Agravo Regimental na Suspensão de Segurança nº 5.405/BA. Relator: Luiz Fux. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.76, p. 249-253, jan./mar. 2022. ISSN 1678-7072.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Ação direta de inconstitucionalidade - Previdenciário - Constituição do Estado de Mato Grosso e Emenda Constitucional Estadual nº 92/2020 - Inclusão de servidores militares no Regime Próprio de Previdência Social do Estado - Contrariedade à norma geral fixada pela União, a partir da Lei Federal nº 13.954/2019 - Fixação de critérios diferenciados para a aposentadoria de Policiais Militares, Oficiais de Justiça/Avaliadores e integrantes das carreiras de Perícia Oficial de Identificação Técnica (POLITEC-MT) - Categorias não abrangidas nas exceções taxativamente previstas no art. 40, §4o-B, da Constituição Federal, em relação às quais se autoriza a atribuição de regras especiais de aposentação - Procedência do pedido. STF - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.917/MT. Relator: Alexandre de Moraes. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.76, p. 255-268, jan./mar. 2022. ISSN 1678-7072.

Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 121

SCHIER, Adriana da Costa Ricardo; ZILLOTTO, Mirela Miró. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável os impactos do combate à corrupção para afirmação da Agenda 2030 da ONU à luz da teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v.121, p. 13-48, jul./dez. 2020. ISSN 0034-7191. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/839/567>. Acesso em: 26 out. 2021.

TOVAR, Alejandro Nava. Argumentação representativa, justiça eleitoral e democracia deliberativa sobre a legitimidade constitucional da justiça eleitoral. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v.121, p. 49-72, jul./dez. 2020. ISSN 0034-7191. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/840/568>. Acesso em: 26 out. 2021.

TRIVISONNO, Alexandre Travessoni Gomes. A Teoria da Estrutura Hipotética das Normas Jurídicas de Kelsen características, evolução e balanço de sua Importância. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v.121, p. 73-120, jul./dez. 2020. ISSN 0034-7191.

Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/773/569>. Acesso em: 26 out. 2021.

SANTOS, Suzane Raquel Guerra; OLIVEIRA, Antonio Goncalves de. A Apatia Político-Societal e a Influência no Desenvolvimento dos Municípios Paranaenses. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v.121, p. 121-170, jul./dez. 2020. ISSN 0034-7191.

Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/654/570>. Acesso em: 26 out. 2021.

ANDRADE, Denise Almeida de; MACHADO, Monica Sapucaia; HOWARD-BOSTIC, Chiquita. Women, engineering and gender equality Brazil and United States pathway. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v.121, p. 171-202, jul./dez. 2020. ISSN 0034-7191.

Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/842/571>. Acesso em: 26 out. 2021.

HACHEM, Daniel Wunder; PETHECHUST, Eloi Rodrigues Barreto. Supremacia judicial no constitucionalismo brasileiro riscos à democracia e as alternativas das teorias dos diálogos constitucionais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v.121, p. 203-250, jul./dez. 2020. ISSN 0034-7191.

Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/829/572>. Acesso em: 26 out. 2021.

BATISTA NETO, Dilson Cavalcanti; REMEDIO, José Antonio. Religião sem Deus Liberdade religiosa em Ronald Dworkin. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v.121, p. 251-288, jul./dez. 2020. ISSN 0034-7191.

Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/843/573>. Acesso em: 26 out. 2021.

SPENGLER, Fabiana Marion. A resolução/administração dos conflitos e o reconhecimento do terceiro um debate necessário. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v.121, p. 289-330, jul./dez. 2020. ISSN 0034-7191.

Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/721/574>. Acesso em: 26 out. 2021.

MOTTA, Fabrício Macedo; NAVES, Fernanda de Moura Ribeiro. Políticas públicas na área da saúde notas sobre o planejamento prévio à celebração de contratos de gestão com organizações sociais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v.121, p. 331-374, jul./dez. 2020. ISSN 0034-7191.

Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/844/575>. Acesso em: 26 out. 2021.

BELLANTUONO, Giuseppe; LEROY, Marcos Henrique Costa. Custos morais e direito comparado. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v.121, p. 375-420, jul./dez. 2020. ISSN 0034-7191.

Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/845/576>. Acesso em: 26 out. 2021.

BARRIENTOS-PARRA, Jorge David; LUNARDI, Soraya Regina Gasparetto. A democracia participativa na Assembléia Nacional Constituinte e na Constituição de 1988. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v.121, p. 421-454, jul./dez. 2020. ISSN 0034-7191.

Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/846/577>. Acesso em: 26 out. 2021.

PERRA, Livio. Protezione ambientale: abbandono dell'antropocentrismo giuridico e evoluzione del diritto. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v.121, p. 455-476, jul./dez. 2020. ISSN 0034-7191.

Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/794/578>. Acesso em: 26 out. 2021.

FREITAS, Rodrigo Bastos de Freitas; ZAIDAN FILHO, Michel. Luta por Reconhecimento e Teoria Mimética: Esboço de conciliação. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v.121, p. 477-516, jul./dez. 2020. ISSN 0034-7191.

Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/653/579>. Acesso em: 26 out. 2021.

ALMEIDA, Paula Wojcikiewicz. International procedural regulation in the common interest the role of fact-finding and evidence before the International Court of Justice. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v.121, p. 517-558, jul./dez. 2020. ISSN 0034-7191.

Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/750/580>. Acesso em: 26 out. 2021.

Revista CEJ, v. 23, n. 78

CASTRO, Cássio Benvenuti de. Os critérios para identificar pretensões imprescritíveis. Revista CEJ, Brasília, v.23, n.78, jul./dez. 2019. ISSN 1414-008X.

Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2357/2392>. Acesso em: 22 out. 2021.

LIMA, Sílvio Wanderley do Nascimento. Apontamentos sobre a tese firmada em sede de incidente de resolução de demandas repetitivas e sua incidência no microsistema dos juizados especiais. Revista CEJ, Brasília, v.23, n.78, jul./dez. 2019. ISSN 1414-008X.

Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2525/2393>. Acesso em: 22 out. 2021.

SIFUENTES, Mônica. Críticas à Lei n. 13.344/2016: tráfico de pessoas. Revista CEJ, Brasília, v.23, n.78, jul./dez. 2019. ISSN 1414-008X.

Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2531/2397>. Acesso em: 22 out. 2021.

SILVA, Caroline Medeiros e. A judicialização do direito à saúde. Revista CEJ, Brasília, v.23, n.78, jul./dez. 2019. ISSN 1414-008X.

Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2532/2398>. Acesso em: 22 out. 2021.

SHMIDT, Luísa Silva. A proteção da confiança legítima e a superação do paradigma da legalidade estrita. Revista CEJ, Brasília, v.23, n.78, jul./dez. 2019. ISSN 1414-008X.

Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2535/2401>. Acesso em: 22 out. 2021.

CUNHA, Marcio Felipe Lacombe da. Breves considerações sobre a nova lei geral das agências reguladoras: principais aspectos e inovações. Revista CEJ, Brasília, v.23, n.78, jul./dez. 2019. ISSN 1414-008X.

Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2536/2402>. Acesso em: 22 out. 2021.

ALMEIDA, Luiz Cláudio Moura. Disponibilidade de interesses no inquérito civil. Revista CEJ, Brasília, v.23, n.78, jul./dez. 2019. ISSN 1414-008X.

Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2537/2403>. Acesso em: 22 out. 2021.

BOSCO, Maria Goretti Dal; MACHADO, Letícia de Oliveira; NODA, Raphael Del Monte Schiavi. Rotulagem de alimentos transgênicos no Brasil: a polêmica da informação no âmbito do direito humano à alimentação adequada. Revista CEJ, Brasília, v.23, n.78, jul./dez. 2019. ISSN 1414-008X.

Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2539/2404>. Acesso em: 22 out. 2021.

VIANNA, José Ricardo Alvarez. Universalismo versus multiculturalismo: em busca do equilíbrio. Revista CEJ, Brasília, v.23, n.78, jul./dez. 2019. ISSN 1414-008X.

Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2540/2405>. Acesso em: 22 out. 2021.

Revista CEJ, v. 24, n. 79

DEMO, Roberto Luis Luchi. Breves considerações sobre a decadência dos benefícios previdenciários e a superveniência da Lei 13.846/2019. Revista CEJ, Brasília, v.24, n.79, jan./jun. 2020. ISSN 1414-008X.

Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2526/2418>. Acesso em: 22 out. 2021.

AZEVEDO, Bernardo Montalvão Varjão de. A pandemia do coronavírus observada a partir da teoria dos sistemas de Nicklas Luhmann: breves considerações. Revista CEJ, Brasília, v.24, n.79, jan./jun. 2020. ISSN 1414-008X.

Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2567/2419>. Acesso em: 22 out. 2021.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira; FRAZÃO, Hugo Abas. Papel do federalismo em situações de crise: o caso da pandemia da Covid-19. Revista CEJ, Brasília, v.24, n.79, jan./jun. 2020. ISSN 1414-008X.

Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2568/2420>. Acesso em: 22 out. 2021.

COSTA, Erica de Sousa Costa. Sou do acordo! a audiência de conciliação simulada no ambiente escolar como forma de fortalecimento da cultura da paz e da inclusão. Revista CEJ, Brasília, v.24, n.79, jan./jun. 2020. ISSN 1414-008X. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2555/2415>. Acesso em: 22 out. 2021.

HADDAD, Carlos Henrique Borlido. Desenvolvendo habilidades gerenciais em juízes. Revista CEJ, Brasília, v.24, n.79, p. 37-42, jan./jun. 2020. ISSN 1414-008X. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2550/2421>. Acesso em: 22 out. 2021.

LIMA, Silvio Wanderley do Nascimento. Apontamentos sobre a indisponibilidade de ativos financeiros e a nova lei de abuso de autoridade. Revista CEJ, Brasília, v.24, n.79, p. 43-54, jan./jun. 2020. ISSN 1414-008X. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2569/2422>. Acesso em: 22 out. 2021.

OLIVEIRA, José Flávio Fonseca de. A criminalização da homofobia pelo supremo tribunal federal: o uso da leitura moral de Ronald Dworkin em detrimento do princípio da maioria de Jeremy Waldron. Revista CEJ, Brasília, v.24, n.79, p. 55-63, jan./jun. 2020. ISSN 1414-008X. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2570/2423>. Acesso em: 22 out. 2021.

ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. As condições gerais de contratação no direito Alemão. Revista CEJ, Brasília, v.24, n.79, p. 64-72, jan./jun. 2020. ISSN 1414-008X. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2556/2424>. Acesso em: 22 out. 2021.

CASTRO, Cássio Benvenuto de. A versão e a inversão do ônus da prova no código de defesa do consumidor. Revista CEJ, Brasília, v.24, n.79, p. 73-86, jan./jun. 2020. ISSN 1414-008X. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2382/2425>. Acesso em: 22 out. 2021.

GONÇALVES, Rodrigo de Souza. A relação da Bahia e a influência dos arestos, assentos e estilos como início da metodologia precedentalista em terrae brasilis. Revista CEJ, Brasília, v.24, n.79, p. 87-99, jan./jun. 2020. ISSN 1414-008X. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2549/2426>. Acesso em: 22 out. 2021.

PINTO, Marcio Lázaro. A docência jurídica no Brasil: a influência da prática no exercício da cátedra sem formação didaticopedagógica específica. Revista CEJ, Brasília, v.24, n.79, p. 100-106, jan./jun. 2020. ISSN 1414-008X. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2572/2427>. Acesso em: 22 out. 2021.

GARRETT, João António Bahia de Almeida. Cooperativa e sociedade no direito comercial da lusofonia. Revista CEJ, Brasília, v.24, n.79, p. 107-115, jan./jun. 2020. ISSN 1414-008X. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2574/2428>. Acesso em: 22 out. 2021.

Revista da EMERJ, v. 22, n. 2

NIETO MARTÍN, Adán. La autorregulación preventiva de la empresa como objeto de la política criminal. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p. 9-31, maio/ago. 2020. ISSN 1415-4951. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v22_n2/revista_v22_n2_9.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

TEIXEIRA, Pedro Freitas. Recuperação judicial, extrajudicial e falência de associações civis desportivas. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p. 32-90, maio/ago. 2020. ISSN 1415-4951. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v22_n2/revista_v22_n2_32.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

LEAL, Fernando. Seis objeções ao direito civil constitucional. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p. 91-150, maio/ago. 2020. ISSN 1415-4951. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v22_n2/revista_v22_n2_91.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

WILLEMANN, Flávio de Araújo; FARIAS, Rodrigo Vieira. Divulgação de lista de visitantes a detento e direito à privacidade e intimidade: critérios para ponderação com os direitos fundamentais à liberdade de informação e de imprensa. *Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p. 151-178, maio/ago. 2020. ISSN 1415-4951.
Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v22_n2/revista_v22_n2_151.pdf.
Acesso em: 22 out. 2021.

CAMPOS, Daniela Mara Silva; OLIVEIRA, Ana Aparecida de; RABELO, Raquel Santana. Adoção homoafetiva e os desafios da nova concepção familiar. *Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p. 179-203, maio/ago. 2020. ISSN 1415-4951.
Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v22_n2/revista_v22_n2_179.pdf.
Acesso em: 22 out. 2021.

MARÇAL, Felipe Barreto. Levando a fungibilidade recursal a sério: pelo fim da “dúvida objetiva”, do “erro grosseiro” e da “má-fé” como requisitos para a aplicação da fungibilidade e por sua integração com o CPC/15. *Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p. 204-220, maio/ago. 2020. ISSN 1415-4951.
Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v22_n2/revista_v22_n2_204.pdf.
Acesso em: 22 out. 2021.

CAVADAS, Divo Augusto. Fundamentos filosóficos, históricos e jurídicos do uso de algemas e vestes estigmatizantes por réus presos nos tribunais do júri brasileiros. *Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p. 221-248, maio/ago. 2020. ISSN 1415-4951.
Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v22_n2/revista_v22_n2_221.pdf.
Acesso em: 22 out. 2021.

MIGUEL, Flávio Souto Meirelles Annechino Moreira. Os novos desafios do poder judiciário em reconhecer a isenção do imposto causa mortis aos hipossuficientes frente ao direito constitucional de acesso à herança (Art. 5, inciso XXX, CRFB/88). *Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p. 249-276, maio/ago. 2020. ISSN 1415-4951.
Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v22_n2/revista_v22_n2_249.pdf.
Acesso em: 22 out. 2021.

ARRUDA, Larissa Águida Vilela Pereira de. Mudanças no paradigma do acesso à justiça: a mediação de conflitos por meio das serventias extrajudiciais. *Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p. 277-300, maio/ago. 2020. ISSN 1415-4951.
Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v22_n2/revista_v22_n2_277.pdf.
Acesso em: 22 out. 2021.

MIMOSO, Maria João; BORTONE, Joana D’arc Amaral. A prevenção de litígios nos contratos de construção: a operatividade dos dispute boards. *Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p. 301-313, maio/ago. 2020. ISSN 1415-4951.
Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v22_n2/revista_v22_n2_301.pdf.
Acesso em: 22 out. 2021.

Revista da Faculdade de Direito da UFPR, v.65, n.3, 2020

ELSNER, Larissa de Oliveira; VIEIRA, Luciane Klein. A aplicação da declaração sociolaboral pelo Tribunal Administrativo Trabalhista do Mercosul. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, Curitiba, v.65, n.3, p. 9-35, set./dez. 2020. ISSN 0104-3315.
Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/64037/43409>. Acesso em: 22 out. 2021.

FONSECA, Vinícius Simões Borges Espinheira; FARIA, Edimur Ferreira de. O controle judicial da seletividade constitucional tributária e a incidência do ICMS sobre o consumo de energia elétrica no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, Curitiba, v.65, n.3, p. 37-58, set./dez. 2020. ISSN 0104-3315.
Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/67065/43410>. Acesso em: 22 out. 2021.

SILVEIRA, Pedro Afonso Domingos; SILVA, Rosane Leal da. A implementação da lei de acesso à informação pública no Brasil e a cultura do sigilo: análise dos portais do Poder Executivo Federal. Revista da Faculdade de Direito da UFPR, Curitiba, v.65, n.3, p. 85-114, set./dez. 2020. ISSN 0104-3315.
Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/68473/43412>. Acesso em: 22 out. 2021.

VENTURI, Elton; VENTURI, Thaís Goveia Pascoaloto. Uniformização, coletivização e estruturação processual da tutela da saúde sob o enfoque da análise econômica do direito. Revista da Faculdade de Direito da UFPR, Curitiba, v.65, n.3, p. 115-138, set./dez. 2020. ISSN 0104-3315.
Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/69142/43413>. Acesso em: 22 out. 2021.

CARVALHO, Gonzalo Aguilar. Los derechos sociales y las restricciones presupuestarias del Estado. Revista da Faculdade de Direito da UFPR, Curitiba, v.65, n.3, p. 139-171, set./dez. 2020. ISSN 0104-3315.
Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/76696/43414>. Acesso em: 22 out. 2021.

ANDRESANI, Gianluca; STAMILE, Natalina. Entham: our contemporary?. Revista da Faculdade de Direito da UFPR, Curitiba, v.65, n.3, p. 173-189, set./dez. 2020. ISSN 0104-3315.
Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/79714/43415>. Acesso em: 22 out. 2021.

TORTA, Giulia. Il dovere di riservatezza dei dipendenti delle organizzazioni internazionali. Revista da Faculdade de Direito da UFPR, Curitiba, v.65, n.3, p. 191-214, set./dez. 2020. ISSN 0104-3315.
Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/80358/43416>. Acesso em: 22 out. 2021.

Revista da Faculdade de Direito da UFRGS. Porto Alegre, n.44, dez. 2020

CUNHA, Carlos Renato; VALLE, Maurício Dalri Timm do; COSTA, Valterlei Aparecido da. Notas sobre o abuso de forma e norma geral antielisão no direito tributário brasileiro. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n.44, p. 3-19, dez. 2020. ISSN 0104-6594.
Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/94812/59853>. Acesso em: 26 out. 2021.

CORDEIRO, Iasmim Madeiro; GODINHO, Adriano Marteleto. O direito à terra indígena no Brasil: de garantias constitucionais a conflitos privados. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n.44, p. 20-49, dez. 2020. ISSN 0104-6594.
Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/94998/59854>. Acesso em: 26 out. 2021.

BASTOS, Fernando Bertoletti. Estados federativos, cortes supremas e dívidas estaduais: um estudo do efeito de decisões recentes do STF sobre a credibilidade das medidas de ajuste fiscal implementadas ao longo da década de 1990. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n.44, p. 50-84, dez. 2020. ISSN 0104-6594.
Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/95288/59855>. Acesso em: 26 out. 2021.

OLIVEIRA, Gisele Mara de; PAULO, Alexandre Ribas de. A (in)aplicabilidade do artigo 366 do Código de Processo Penal ao processo instaurado para apurar o crime de lavagem de dinheiro e a infração penal antecedente em conexão. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n.44, p. 85-110, dez. 2020. ISSN 0104-6594.
Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/84342/59856>. Acesso em: 26 out. 2021.

CAMPOS, Carmen Hein de; JUNG, Valdir Florisbal. Mudanças legislativas na lei Maria da Penha: desafios no contexto atual. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n.44, p. 111-130, dez. 2020. ISSN 0104-6594.
Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/95274/59884>. Acesso em: 26 out. 2021.

FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura; BASAN, Arthur Pinheiro. Desafios da predição algorítmica na tutela jurídica dos contratos eletrônicos de consumo. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n.44, p. 131-153, dez. 2020. ISSN 0104-6594.
Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/95264/59892>. Acesso em: 26 out. 2021.

CHIARAMONTE, José Carlos. O antigo constitucionalismo na história hispano-americana do século XIX. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n.44, p. 154-181, dez. 2020. ISSN 0104-6594.
Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/109643/59887>. Acesso em: 26 out. 2021.

SOLEIL, Sylvain. Por que comparar os direitos no século XIX?. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n.44, p. 182-228, dez. 2020. ISSN 0104-6594.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/109644/59927>. Acesso em: 26 out. 2021.

Revista Fórum Justiça do Trabalho, v. 39, n. 461

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Preservação do sigilo sobre doenças e condições de saúde: Lei nº 14.289/2022. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.461, p. 11-15, maio 2022. ISSN 0103-5487.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. Discriminação racial e assédio moral no trabalho. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.461, p. 17-36, maio 2022. ISSN 0103-5487.

PIRES, Emílio Eduardo Pereira; AIRES, Naiane de Araújo Garcez. O fim da contribuição sindical compulsória no modelo sindical brasileiro: evolução ou retrocesso?. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.461, p. 37-46, maio 2022. ISSN 0103-5487.

SANTOS, Dartagnan Ferrer dos. O contrato de emprego em seus planos da existência, validade e eficácia: análise essencial de alguns de seus problemas atuais. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.461, p. 47-63, maio 2022. ISSN 0103-5487.

LIMA NETO, Alexandre Moura; AGUIAR, Alessandra Anchieta Moreira; SILVA, Ítalo Cardoso Lima e. Acesso efetivo à justiça como uma garantia fundamental, mesmo em tempos de pandemia. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.461, p. 65-84, maio 2022. ISSN 0103-5487.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. [Jurisprudência] Recurso Ordinário em Ação Rescisória - Acórdão recorrido publicado na vigência do CPC de 2015 - Irregularidade de representação - Advogado sem procuração nos autos - Impossibilidade de concessão de prazo para saneamento- Não conhecimento. TST- ROT 1893-59.2017.5.09.0000. Relator: Douglas Alencar Rodrigues. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.461, p. 87-94, maio 2022. ISSN 0103-5487.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. [Jurisprudência] Recurso de revista do Ministério Público do trabalho da 9ª Região - Interposição anterior à Lei 13.015/2014 - Dano moral coletivo - Contratação de aprendizes - Não preenchimento das vagas disponibilizadas pela empresa. TST- RR-830-35.2013.5.09.0195. Relator: Augusto Cesar Leite de Carvalho. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.461, p. 95-102, maio 2022. ISSN 0103-5487.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região. [Jurisprudência] Responsabilidade subsidiária - Contrato de locação. TRT 2ª R- 1000941-66.2020.5.02.0319 RO. Relator: Adalberto Martins. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.461, p. 103-106, maio 2022. ISSN 0103-5487.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região. [Jurisprudência] Embargos de terceiro - Penhora de veículo pertencente à cônjuge do executado. TRT 2ª R- 1000301-30.2021.5.02.0351 AP. Relatora: Dâmia Avoli. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.461, p. 107-112, maio 2022. ISSN 0103-5487.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região. [Jurisprudência] Mandado de segurança - Indeferimento de tutela de urgência para suspender a eficácia dos autos de infração - Ausência de direito líquido e certo. TRT 3ª R- 0011667-42.2021.5.03.0000 MS. Relator: Sérgio Oliveira de Alencar. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.461, p. 113-125, maio 2022. ISSN 0103-5487.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região. [Jurisprudência] Rescisão indireta - Inatividade forçada - Configuração - Pandemia de Coronavírus - Descumprimento de direitos - Ausência de concessão de férias. TRT 12ª R- 0000574-94.2021.5.12.0012. Relatora: Maria Beatriz Vieira da Silva Gubert. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.461, p. 127-131, maio 2022. ISSN 0103-5487.

Revista de Direito Administrativo, v.279, n.3, 2020

WALDRON, Jeremy. Separation of powers in thought and practice? Jeremy Waldron. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.279, n.3, p. 17-53, set./dez. 2020. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/82914/78894>. Acesso em: 26 out. 2021.

DANTAS, Bruno; SANTOS, Caio Victor Ribeiro dos. Entre a certeza e o cinismo: se Deus não existe, tudo é permitido? O papel das cortes de contas na preservação da verdade em tempos de fake news. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.279, n.3, p. 55-77, set./dez. 2020. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/82947/78896>. Acesso em: 26 out. 2021.

HODGES, Christopher; STEINHOLTZ, Ruth; SALLES, Alexandre Aroeira. 'The future of regulation is culture': opportunities to change unethical behaviour in business and public administration in Brazil. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.279, n.3, p. 79-114, set./dez. 2020. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/82948/78897>. Acesso em: 26 out. 2021.

CARVALHO, Lucas Borges de. Governo digital e direito administrativo: entre a burocracia, a confiança e a inovação.

Revista de Direito Administrativo, São Paulo, v.279, n.3, p. 115-148, set./dez. 2020. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/82959/78898>. Acesso em: 26 out. 2021.

CARDOSO, Henrique Ribeiro; DÓRIA, Davi Barretto. A segurança jurídica dos atos administrativos e a objetivação das demandas refletidas no art. 30 da nova LINDB. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.279, n.3, p. 149-179, set./dez. 2020. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/82960/78899>. Acesso em: 26 out. 2021.

GUIMARÃES, Felipe Montenegro Viviani. Da constitucionalidade da prorrogação antecipada das concessões de serviço público. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.279, n.3, p. 181-215, set./dez. 2020. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/82962/78900>. Acesso em: 26 out. 2021.

PEREIRA, Henrique Viana; MAYRINK, Renata Pereira. Criminal compliance como medida de governança corporativa e seu papel na delimitação de responsabilidades penais. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.279, n.3, p. 217-244, set./dez. 2020. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/82963/78901>. Acesso em: 26 out. 2021.

KANAYAMA, Rodrigo Luís; KANAYAMA, Ricardo Alberto. A interpretação da Lei de Improbidade Administrativa entre o interesse público e os direitos individuais de defesa. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.279, n.3, p. 245-273, set./dez. 2020. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/82964/78903>. Acesso em: 26 out. 2021.

GABARDO, Emerson; GRANER, Mateus Domingues. A importância da participação popular na análise de impacto regulatório pelas agências reguladoras federais brasileiras. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.279, n.3, p. 275-300, set./dez. 2020. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/82965/78904>. Acesso em: 26 out. 2021.

ÁVILA, Humberto. [Parecer]. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) - Prestação de serviços personalíssimos por meio de empresa - Serviço intelectual - Personalidade jurídica - Direitos de liberdade - Legalidade - Livre exercício de atividade econômica - Artigo 129 da Lei nº 11.196/05 - Constitucionalidade. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.279, n.3, p. 303-332, set./dez. 2020. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/82968/78905>. Acesso em: 26 out. 2021.

Princípio da subsidiariedade e a repartição constitucional de competências federativas. Relator: Edson Fachin. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.279, n.3, p. 333-350, set./dez. 2020. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/82969/78906>. Acesso em: 26 out. 2021.

Revista de Direito Administrativo, v.280, n.1, 2021

BALLBÉ, Manuel. El futuro del derecho administrativo en la globalización: entre la americanización y la europeización. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.281, n.1, p. 15-90, jan./abr. 2022. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/85651>. Acesso em: 06 maio 2022.

DANTAS, Bruno; KELLNER, Alexander Leonard Martins. O risco de conflito regulatório no transporte de gás natural. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.281, n.1, p. 91-112, jan./abr. 2022. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/85653>. Acesso em: 06 maio 2022.

LIMBERGER, Têmis. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Lei de Acesso à Informação Pública (LAI): um diálogo (im)possível? as influências do direito europeu. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.281, n.1, p. 113-144, jan./abr. 2022. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/85654>. Acesso em: 06 maio 2022.

GONÇALVES, Francysco Pablo Feitosa. A estabilidade na administração pública brasileira: sobre suas representações sociais e a (im)possibilidade de demitir servidores públicos. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.281, n.1, p. 145-184, jan./abr. 2022. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/85656>. Acesso em: 06 maio 2022.

NÓBREGA, Marcos; NETTO, Pedro Dias de Oliveira. O seguro-garantia na nova Lei de Licitação e os problemas de seleção adversa e risco moral. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.281, n.1, p. 185-205, jan./abr. 2022. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/85657>. Acesso em: 06 maio 2022.

ADAMI, Mateus Piva; PEREIRA NETO, Caio Mario da Silva. Reversibilidade de bens nas concessões de telecomunicações: o caminho em direção à segurança jurídica. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.281, n.1, p. 207-232, jan./abr. 2022. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/85658>. Acesso em: 06 maio 2022.

NUNES, Diego. Aportes para uma história da regulação jurídica da água no Brasil a partir do Código de Águas de 1934. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.281, n.1, p. 233-270, jan./abr. 2022. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/85660>. Acesso em: 06 maio 2022.

CABRAL, Flávio Garcia. O que ocorre com os regulamentos quando a lei é revogada por uma nova legislação? o caso da Lei nº 14.133/2021. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.281, n.1, p. 271-294, jan./abr. 2022. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/85662>. Acesso em: 06 maio 2022.

COELHO, Julião; FONSECA, Pedro H. Maciel. [Parecer] Impactos das medidas associadas ao controle da Covid-19 sobre os contratos de comercialização de energia elétrica. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.281, n.1, p. 297-320, jan./abr. 2022. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/85663>. Acesso em: 06 maio 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Parecer] Cota de tela na ordem econômica: livre-iniciativa e o fomento à indústria de produção audiovisual. Relator: Dias Toffoli. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.281, n.1, p. 321-344, jan./abr. 2022. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/85664>. Acesso em: 06 maio 2022.

OLIVEIRA, Itamar Aparecido de; CRUZ, Camila Elena Muza. Índice geral de qualidade e a regulação por menus. *Revista de Direito Administrativo*, São Paulo, v.281, n.1, p. 347-373, jan./abr. 2022. ISSN 0034.8007.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/85665>. Acesso em: 06 maio 2022.

Revista de Estudos Tributários, v.25, n.145

HIDALGO, Isabela Boito Maurmann; MACHADO, Milton Terra. Mandado de segurança: superação das controvérsias para o efetivo exercício da compensação tributária. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.145, p. 9-28, maio/jun. 2022. ISSN 1519-1850.

RIGOTTI, Thais Toledo. ISS – O local da prestação do serviço de análises clínicas. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.145, p. 29-53, maio/jun. 2022. ISSN 1519-1850.

PIZZOLATTI, Ulisses Santafé Aguiar. Análise da responsabilidade tributária por interesse comum à luz dos precedentes da Câmara Superior de Recursos Fiscais. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.145, p. 54-80, maio/jun. 2022. ISSN 1519-1850.

CIPELE, Bruno Cardona. Cláusula “pecunia non olet” e a (im)possibilidade de tributação do produto da atividade criminosa. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.145, p. 81-102, maio/jun. 2022. ISSN 1519-1850.

COSTA, Valterlei A. da. Credenciamento de estabelecimentos a sistema de pagamento com cartão em “maquininha”: ISSQN e ICMS. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.145, p. 103-119, maio/jun. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo – Tributário – IPVA – Contrato de alienação fiduciária – Responsabilidade solidária pelo pagamento do tributo – Tema 685 – Não incidência – Natureza infraconstitucional da controvérsia. STF - AgRg no Recurso Extraordinário com Agravo nº 1.332.523. Relator: Dias Toffoli. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.145, p. 120-124, maio/jun. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual civil e tributário – Agravo interno no recurso especial – Isenção de imposto de renda sobre benefícios recebidos de entidade de previdência privada – Inexistência de bitributação no período até 31 de dezembro de 1995 – Precedentes. STJ - AgInt no Recurso Especial nº 1738022 – DF (2017/0324318-9). Relator: Og Fernandes. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.145, p. 125-131, maio/jun. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual civil – Tributário – IRPF – Execução fiscal – Extinção – Honorários advocatícios – Deficiência recursal – Ausência em impugnar os fundamentos do acórdão recorrido – Aplicação das súmulas nºs 283 e 284, ambas do STF – Pretensão de reexame fático-probatório – Aplicação da súmula nº 7 do STJ. STJ - AgInt nº Agravo em Recurso Especial no 1845466 – SP (2021/0054078-3). Relator: Francisco Falcão. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.145, p. 132-138, maio/jun. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual civil e tributário – Agravo interno – Ofensa ao art. 1.022 do CPC – Inexistência – Legitimidade do município para a cobrança do IPTU – Questão dirimida à luz dos fatos e provas dos autos, sobretudo no que diz respeito às conclusões do perito – Revisão – Impossibilidade – Súmula nº 7/STJ – Fundamento autônomo não impugnado – Razões deficientes – Súmulas nºs 283 e 284 do STF – Divergência jurisprudencial prejudicada. STJ - AgInt nº Agravo em Recurso Especial no 1913313 – RJ (2021/0177037-8). Relator: Herman Benjamin. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.145, p. 139-149, maio/jun. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processo civil e tributário – Agravo interno na reclamação – Tutela de urgência – Execução de sentença – Repasse de verbas do FUNDEF – Retenção dos honorários advocatícios contratuais – Suspensão parcial do precatório – Decisão reclamada que descumpra o decisum deste superior tribunal de justiça no RESP 1.653.204/PE – Deferimento da tutela de urgência – Cassação da decisão liminar atribuída no agravo de instrumento na origem – Presença de fumus boni juris e periculum in mora – Agravo não provido. STJ - AgInt na Reclamação nº 41.149 – PE (2020/0311314-0). Relator: Mauro Campbell Marques. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.145, p. 150-165, maio/jun. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Tributário – Mandado de segurança – Processual civil – IRPJ – CSLL – Redução de alíquota – Serviços hospitalares – Requerimento administrativo – Desnecessidade – Julgamento imediato do mérito (CPC, art. 1.013, § 3º) – Ausência de citação da parte ré – Impossibilidade – Retorno dos autos à origem. TRF 1ª R - Apelação Cível (198) nº 1020849-40.2021.4.01.3600. Relatora: Gilda Sigmaringa Seixas. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.145, p. 166-170, maio/jun. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Tributário e processual civil – Embargos à execução fiscal – Apelação do embargante – IRPJ e consectários legais (multa e correção monetária) – Alegações remanescentes eminentemente de direito – Fase instrutória suprimida pelo juízo de origem – Possibilidade – Manutenção da sentença que se impõe. TRF 2ª R - Apelação Cível – Turma Espec. II – Tributário Nº CNJ: 0016103-25.2014.4.02.5101 (2014.51.01.016103-7). Relator: José Eduardo Nobre Matta. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.145, p. 171-181, maio/jun. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Tributário – Execução fiscal – IPTU – Programa de arrendamento residencial (par) – Imunidade – RE 928.902 – Taxa de coleta de lixo – Inconstitucionalidade – Mantida a sentença recorrida – Apelação desprovida. TRF 3ª R - Apelação Cível (198) nº 5000873-62.2021.4.03.6141. Relatora: Marli Ferreira. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.145, p. 182-194, maio/jun. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Agravo de instrumento – Execução fiscal – Exceção de pré-executividade – Tributos sujeitos ao lançamento por homologação – Prazo para a cobrança executiva – Prescrição – Inocorrência. TRF 4ª R - Agravo de Instrumento nº 5050177-93.2021.4.04.0000/PR. Relator: Rômulo Pizzolatti. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.145, p. 195-200, maio/jun. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Processual civil e tributário – Ação rescisória – Violação à norma jurídica – Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da cofins – Acórdão rescindendo em sentido contrário à orientação do STF em precedente qualificado – Art. 966, v, § 5º do CPC – Incidência – Prazo decadencial – Contagem a partir do trânsito em julgado da decisão do STF – Súmula nº 343 – Inaplicabilidade. TRF 5ª R - Processo nº 0810900-32.2020.4.05.0000 – Ação Rescisória. Relator: Leonardo Augusto Nunes Coutinho. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.145, p. 201-210, maio/jun. 2022. ISSN 1519-1850.

Revista do Direito [UNISC], n. 60

COSTA, Beatriz Souza; LINHARES, Lucas Martins; MAROTTA, Leandro de Oliveira. A aplicabilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas nas ações judiciais decorrentes da tragédia ambiental de Mariana/MG. Revista do Direito [da UNISC], Santa Cruz do Sul, n.60, p. 2-17, jan./abr. 2020. ISSN 0104-9496.
Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/14561/8933>. Acesso em: 22 out. 2021.

SCHIEFLER, Eduardo André Carvalho; CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; PEIXOTO, Fabiano Hartmann. A inteligência artificial aplicada à criação de uma central de jurisprudência administrativa: o uso das novas tecnologias no âmbito da gestão de informações sobre precedentes em matéria administrativa. Revista do Direito [da UNISC], Santa Cruz do Sul, n.60, p. 18-34, jan./abr. 2020. ISSN 0104-9496.
Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/14981/8934>. Acesso em: 22 out. 2021.

SPENGLER, Fabiana Marion; MAGLIACANE, Alessia. Il terzo e l'altro. Verso una visione simmeliana del conflitto. Revista do Direito [da UNISC], Santa Cruz do Sul, n.60, p. 35-53, jan./abr. 2020. ISSN 0104-9496.
Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/14605/8935>. Acesso em: 22 out. 2021.

SCHURIG, Alessandra Cavalcante Sherma; MIGUEL, Daniel Oitaven Pamponet. Em busca de uma nova matriz filosófica para a hermenêutica judicial pós metafísica: o abandono do essencialismo em favor da empatia considerado através do debate entre Jürgen Habermas e Richard Rorty. Revista do Direito [da UNISC], Santa Cruz do Sul, n.60, p. 54-79, jan./abr. 2020. ISSN 0104-9496.
Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/14607/8936>. Acesso em: 22 out. 2021.

MASSENO, Manuel David. A Segurança dos Dados na LGPD, brasileira: uma perspectiva europeia, desde Portugal. Revista do Direito [da UNISC], Santa Cruz do Sul, n.60, p. 80-103, jan./abr. 2020. ISSN 0104-9496.
Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/14819>. Acesso em: 22 out. 2021.

NEVES, Cleuler Barbosa das; SILVA, Sérgio Túlio Teixeira e. Políticas públicas e aprimoramento da técnica normativa: análises estatísticas de séries temporais dos resultados do programa de incentivo fiscal "Produzir" no Estado de Goiás. *Revista do Direito [da UNISC]*, Santa Cruz do Sul, n.60, p. 104-123, jan./abr. 2020. ISSN 0104-9496. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/14648/8938>. Acesso em: 22 out. 2021.

FALCÃO, Maurin Almeida. O paradoxo em torno do tributo como alicerce dos direitos à liberdade e à igualdade: uma relação ainda conturbada. *Revista do Direito [da UNISC]*, Santa Cruz do Sul, n.60, p. 124-144, jan./abr. 2020. ISSN 0104-9496. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/14872/8939>. Acesso em: 22 out. 2021.

SCAFF, Luma; SILVA, Maria Stema Campos da; PEGADO, Daniel Frahia. Considerações sobre os benefícios fiscais relativos ao ICMS concedidos à margem da ordem constitucional e a solução construída a partir da Lei Complementar n. 160/2017. *Revista do Direito [da UNISC]*, Santa Cruz do Sul, n.60, p. 145-167, jan./abr. 2020. ISSN 0104-9496. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/14614/8940>. Acesso em: 22 out. 2021.

Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, v. 20, 2020

FABRIS, Alice Lopes. La reconnaissance d'un droit au patrimoine pour les communautés autochtones et l'exemple des sami. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 11-22, 2020. ISSN 16771419.* Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/417/397>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MENESES, Alline Bessa de; CARVALHO, Francílio Bibio Trindade de. Direito do trabalho, indústria 4.0 e (des)centralidade da pessoa humana que trabalha. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 23-36, 2020. ISSN 16771419.* Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/418/398>. Acesso em: 30 nov. 2021.

PARENTE, Amanda Faustino de Lima; PEREIRA, Carlos André Maciel Pinheiro. A doação de sangue por pessoas homoafetivas: uma análise da ADI 5.543. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 37-48, 2020. ISSN 16771419.* Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/419/400>. Acesso em: 30 nov. 2021.

DRZEMCZEWSKI, Andrew. The (non-) participation of Russian parliamentarians in the parliamentary assembly of the council of Europe: recent developments. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 49-58, 2020. ISSN 16771419.* Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/420/399>. Acesso em: 30 nov. 2021.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. L'universalité nécessaire et inéluctable des droits inhérents à la personne humaine / the necessary and ineluctable universality of the rights inherent to the human person. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 59-70, 2020. ISSN 16771419.* Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/421/401>. Acesso em: 30 nov. 2021.

BONIFÁCIO, Artur Cortez; CAVALCANTI, Rodrigo. O cárcere enquanto estado de exceção e de exteriorização do homo sacer: surgimento e combate às facções criminosas. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 71-80, 2020. ISSN 16771419.* Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/422/40>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MAIA, Catherine. Consagração de direitos humanos imperativos: reavivar o diálogo entre os tribunais internacional e regionais. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 81-96, 2020. ISSN 16771419.* Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/423/403>. Acesso em: 30 nov. 2021.

VELLEGAS DELGADO, César A. Los derechos humanos en el marco de un contencioso interestatal ante la CIJ: a propósito de las garantías del debido proceso legal de los detenidos en el extranjero. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 97-126, 2020. ISSN 16771419.* Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/424/404>. Acesso em: 30 nov. 2021.

LEAL, César Barros. El desafío está servido. reflexiones sobre el sistema prisional y sus violaciones a los derechos humanos: temas afines. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 127-136, 2020. ISSN 16771419.

Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/425/405>. Acesso em: 30 nov. 2021.

DURÁN CHAVARRÍA, Douglas. La pandemia causada por el covid-19 y las prisiones: un problema grave con implicaciones serias en materia de derechos humanos. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 137-152, 2020. ISSN 16771419.

Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/426/406>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SOARES, Elisianne Campos de Melo; FREIRE, Leonardo Oliveira. Prisão, morte social e direitos humanos. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 153-164, 2020. ISSN 16771419.

Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/427/407>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MARTÍNEZ CONSUEGRA, Estelí; SÁNCHEZ SANDOVAL, Salomón Augusto. La seguridad y el uso de la fuerza y armas de fuego: una visión de derechos humanos. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 165-184, 2020. ISSN 16771419.

Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/428/408>. Acesso em: 30 nov. 2021.

DARÉ, Geisa Oliveira. A filosofia dos cuidados paliativos sob a ótica dos direitos humanos. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 185-196, 2020. ISSN 16771419.

Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/429/409>. Acesso em: 30 nov. 2021.

LIMA, Guilherme Graciliano Araújo. Prisão, audiência de custódia e tortura: a imagem do ouroboro e a repetição da história – uma leitura à luz da obra de Luciano Oliveira. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 197-208, 2020. ISSN 16771419.

Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/430/410>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SANTIAGO, Jaime Ruiz de. La filosofía del derecho en la universidad iberoamericana: el Dr. P. Miguel Villoro Toranzo y el Lic. Efraín González Morfín. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 209-224, 2020. ISSN 16771419.

Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/431/411>. Acesso em: 30 nov. 2021.

CRUZ, Luísa Helena Lemos da. Nature conservation in traditional lands: reconciling environmental concerns with the rights of indigenous peoples. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 225-236, 2020. ISSN 16771419.

Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/432/412>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SCALABRINO, Michelangela. Il diritto alla restituzione del corpo e alla sepoltura nel diritto internazionale dei diritti dell'uomo: un'analisi critica. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 237-260, 2020. ISSN 16771419.

Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/433/413>. Acesso em: 30 nov. 2021.

COHEN, Miriam. In the name of national security: how post 9/11 measures undermine minority rights. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 261-270, 2020. ISSN 16771419.

Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/434/414>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MONTEIRO, Vítor de Andrade. A influência do sistema interamericano de direitos humanos no direito eleitoral brasileiro: por um novo crivo da proteção dos direitos político-eleitorais no Brasil. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 271-290, 2020. ISSN 16771419.

Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/435/415>. Acesso em: 30 nov. 2021.

LEAL, César Barros. Discurso pronunciado na abertura solene do VII curso brasileiro interdisciplinar em direitos humanos: o desafio dos direitos econômicos, sociais e culturais (19 a 30 de agosto de 2019, em Fortaleza, Ceará, Brasil). Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 293-294, 2020. ISSN 16771419.

Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/436/416>. Acesso em: 30 nov. 2021.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Entrevista com o juiz Antônio Augusto Cançado Trindade sobre o direito internacional e os desafios do mundo atual. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 295-304, 2020. ISSN 16771419.
Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/437/417>. Acesso em: 30 nov. 2021.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. (Corte int. de justiça) - Case of appeal relating to the jurisdiction of the icao council under article 84 of the convent. on intern. civil aviation (Bahrain, Egypt, Saudi Arabia and United Arab Emirates [UAE] versus Qatar) judgment of 14 July 2020. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 305-324, 2020. ISSN 16771419.
Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/438/418>. Acesso em: 30 nov. 2021.

KALDUNSKI, Marcin. Book review / Resenha: Antônio Augusto Cançado Trindade, the access of individuals to international justice, Oxford, Oxford University Press, 2011, pp. 1-236. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, Fortaleza, v.20, n.2020, p. 325-330, 2020. ISSN 16771419.
Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/439/419>. Acesso em: 30 nov. 2021.

Revista do Ministério Público do RS, v. 1, n. 82

GOMES, Márcio Schlee. Discurso sobre verdade, certeza e dúvida no tribunal do júri. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.82, p. 15-34, jan./abr. 2017. ISSN 0101-6342.
Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/155/22>. Acesso em: 22 out. 2021.

MARTINS, Charles Emil Machado. A “Farra do Boi” e os crimes culturalmente motivados: um olhar crítico sobre a decisão do STF, por ocasião do RE nº 153.531/SC. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.82, p. 35-84, jan./abr. 2017. ISSN 0101-6342.
Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/156/23>. Acesso em: 22 out. 2021.

LENZ, Luís Alberto Thompson Flores. O controle judicial do ato administrativo disciplinar. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.82, p. 85-92, jan./abr. 2017. ISSN 0101-6342.
Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/157/24>. Acesso em: 22 out. 2021.

PINTO, Henrique Alves. O neoprocessualismo na esfera do novo Código de Processo Civil brasileiro. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.82, p. 93-118, jan./abr. 2017. ISSN 0101-6342.
Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/158/26>. Acesso em: 22 out. 2021.

LIMA, Vinicius de Melo. Compliance e prevenção ao crime de lavagem de dinheiro. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.82, p. 119-145, jan./abr. 2017. ISSN 0101-6342.
Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/159>. Acesso em: 22 out. 2021.

TRENTIN, Aloísio Antonio Garlet. O processo civil no estado constitucional: a colaboração como modelo e princípio jurídicos no novo Código de Processo Civil brasileiro. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.82, p. 147-173, jan./abr. 2017. ISSN 0101-6342.
Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/160/28>. Acesso em: 22 out. 2021.

FRADA, Manuel A. Carneiro da. Nos 40 anos do Código Civil Português: tutela da personalidade e dano existencial. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.82, p. 175-196, jan./abr. 2017. ISSN 0101-6342.
Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/161/29>. Acesso em: 22 out. 2021.

Revista do Ministério Público do RS, v. 1, n. 83

RITT, Caroline Fockink; OLIVEIRA, Chaiene Moreira de. A necessidade da efetiva participação popular como forma de combate à corrupção eleitoral. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.83, p. 9-26, maio 2017/mar. 2018. ISSN 0101-6342.
Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/144/12>. Acesso em: 22 out. 2021.

VILLELA, Denise Casanova. Exploração sexual infantojuvenil na internet e a proteção às crianças e aos adolescentes. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.83, p. 27-50, maio 2017/mar. 2018. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/146/14>. Acesso em: 22 out. 2021.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A “armadilha” do regime de separação de bens e a humanização do direito de família brasileiro. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.83, p. 51-68, maio 2017/mar. 2018. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/147/15>. Acesso em: 22 out. 2021.

PRESTES, Felipe Pinheiro; BARBOSA, Juliana de Matos. A (in)aplicabilidade e (in)fetividade da Lei 11.340 de 2006 na cidade de Torres (RS). Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.83, p. 69-92, maio 2017/mar. 2018. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/148/18>. Acesso em: 22 out. 2021.

PREIS, Marcéli da Silva Serafim. Presunção de inocência: núcleo essencial convencional. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.83, p. 93-106, maio 2017/mar. 2018. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/149/16>. Acesso em: 22 out. 2021.

FLACH, Michael Schneider. A relação entre os direitos fundamentais e os coletivos. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.83, p. 107-122, maio 2017/mar. 2018. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/150/19>. Acesso em: 22 out. 2021.

BRANDALISE, Rodrigo da Silva. Uma breve apresentação das medidas cautelares em processo penal. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.83, p. 123-130, maio 2017/mar. 2018. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/151/17>. Acesso em: 22 out. 2021.

Revista do Ministério Público do RS, v. 1, n. 85

COSTA, Marcelo Cacinotti; LIMA, Vinicius de Melo. A colisão aparente de direitos fundamentais no caso “Lanceiros Negros”: o lugar do direito e do Estado no constitucionalismo contemporâneo. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.85, p. 9-29, jan./jun. 2019. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/134/2>. Acesso em: 22 out. 2021.

VILLELA, Denise Casanova; SANTOS, Kassiany Cattapam dos. A harmonização dos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e da prioridade absoluta diante da Lei nº 13.431/2017. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.85, p. 31-53, jan./jun. 2019. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/135/3>. Acesso em: 22 out. 2021.

COELHO, André de Azevedo. Aspectos constitucionais da internação compulsória em caso de dependência de drogas. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.85, p. 55-69, jan./jun. 2019. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/136/4>. Acesso em: 22 out. 2021.

D’AVILA, Fabio Roberto; SCALCON, Raquel Lima. Constituição e direito penal: novos e velhos problemas à luz da experiência brasileira. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.85, p. 71-99, jan./jun. 2019. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/137/5>. Acesso em: 22 out. 2021.

FISCHER, Douglas. Crimes eleitorais em tese conexos com outros crimes: uma proposta de solução de questões processuais segundo a doutrina e a jurisprudência dos tribunais. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.85, p. 101-131, jan./jun. 2019. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/138/6>. Acesso em: 22 out. 2021.

FLACH, Michael Schneider; CIBILS, Patrícia Maldaner. Direito de defesa, deveres de proteção, ponderação constitucional e direitos fundamentais. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.85, p. 133-152, jan./jun. 2019. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/139/7>. Acesso em: 22 out. 2021.

SILVA, Cláudio Barros. O longo caminho da constitucionalização do Ministério Público. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.85, p. 153-202, jan./jun. 2019. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/140/8>. Acesso em: 22 out. 2021.

WESCHENFELDER, Paulo Natalício. O paradigma constitucional brasileiro do direito de propriedade. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.85, p. 203-234, jan./jun. 2019. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/141/9>. Acesso em: 22 out. 2021.

GAUER, Ruth M. Chittó. Os primórdios do constitucionalismo brasileiro. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.85, p. 235-255, jan./jun. 2019. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/142/10>. Acesso em: 22 out. 2021.

RENNER, Mauro Henrique. Terrorismo e direitos fundamentais: uma pauta necessária. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.85, p. 257-272, jan./jun. 2019. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/143/11>. Acesso em: 22 out. 2021.

Revista do Ministério Público do RS, v. 2, n. 86

TARGA, Maria Luiza Baillo. A indenização tarifada no direito brasileiro. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.2, n.86, p. 17-42, jul./dez. 2019. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/172/41>. Acesso em: 22 out. 2021.

PEREIRA, Priscilla Ramineli Leite. As implicações penais da recusa de transfusão de sangue em pacientes da religião Testemunha de Jeová. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.2, n.86, p. 43-75, jul./dez. 2019. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/173/42>. Acesso em: 22 out. 2021.

OUANNOUS, Renan Mori. Autocomposição no processo coletivo: possibilidades e limitações. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.2, n.86, p. 77-98, jul./dez. 2019. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/174/43>. Acesso em: 22 out. 2021.

FELONIUK, Wagner. Comentários à aplicação do Art. 1.276 do Código Civil em âmbito Municipal. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.2, n.86, p. 99-118, jul./dez. 2019. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/175/44>. Acesso em: 22 out. 2021.

BARCELLOS NETTO, Patrícia. Corrupção e lavagem de dinheiro: a relação existente e as divergências para configuração dos crimes. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.2, n.86, p. 119-140, jul./dez. 2019. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/176/45>. Acesso em: 22 out. 2021.

FALEIRO, Janine Rosi. Direito fundamental à moradia e limites diante do financeiramente possível. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.2, n.86, p. 141-156, jul./dez. 2019. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/177/50>. Acesso em: 22 out. 2021.

WESCHENFELDER, Paulo Natalício. Forças Armadas: apontamentos e reflexões sobre o seu emprego para a garantia da lei e da ordem. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.2, n.86, p. 157-177, jul./dez. 2019. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/178/46>. Acesso em: 22 out. 2021.

LIMA, Vinicius de Melo; COSTA, Marcelo Cacinotti. Uma crítica hermenêutica à ponderação judicial no Código de Processo Civil: paradigmas contrapostos?. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.2, n.86, p. 179-212, jul./dez. 2019. ISSN 0101-6342.
Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/179/47>. Acesso em: 22 out. 2021.

MOELLER, Uriel. O “júri” alemão: o leigo no processo penal na Alemanha. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.2, n.86, p. 213-242, jul./dez. 2019. ISSN 0101-6342.
Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/181/48>. Acesso em: 22 out. 2021.

Revista do Ministério Público do RS, v. 1, n. 87

CIBILS, Patrícia Maldaner. A excessiva judicialização dos temas relacionados às políticas públicas estatais à luz das balizas interpretativas introduzidas pela Lei n. 13.655/18: a consensualidade como forma de atingir o resultado útil do processo. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.87, p. 9-32, jan./jun. 2020. ISSN 0101-6342.
Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/184/74>. Acesso em: 22 out. 2021.

SCHWAB, Daniela Pires. A viabilidade e o benefício da aplicação dos valores da Justiça Restaurativa na audiência de apresentação do adolescente pelo Promotor de Justiça. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.87, p. 33-44, jan./jun. 2020. ISSN 0101-6342.
Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/185/75>. Acesso em: 22 out. 2021.

LENZ, Luís Alberto Thompson Flores. Ajuizamento de ACP pelo Procurador Geral. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.87, p. 45-55, jan./jun. 2020. ISSN 0101-6342.
Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/186/76>. Acesso em: 22 out. 2021.

SILVA, Nayara Helena de Jesus; LIMA, Vinicius de Melo. Análise econômica do crime organizado: o caso da Penitenciária Modulada Estadual de Osório, RS. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.87, p. 57-81, jan./jun. 2020. ISSN 0101-6342.
Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/187/77>. Acesso em: 22 out. 2021.

ALVES, ngela Andressa da Cunha; FORTES, Ebadan Schaiblich Cardoso. Estudo comparado da antecipação da tutela provisória de urgência “ex officio” antes e após a promulgação do Código de Processo Civil de 2015. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.87, p. 83-101, jan./jun. 2020. ISSN 0101-6342.
Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/188/78>. Acesso em: 22 out. 2021.

ESTIVALLET JUNIOR, Claudio Antonio Rodrigues. Os filhos do promotor: atuação multiespecializada na luta pela garantia dos direitos fundamentais por meio da justiça restaurativa como complemento a justiça tradicional. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.87, p. 103-124, jan./jun. 2020. ISSN 0101-6342.
Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/189/79>. Acesso em: 22 out. 2021.

VAZ, Caroline. Revisitando a responsabilidade civil: aspectos relevantes da antiguidade à contemporaneidade pandêmica. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.87, p. 125-152, jan./jun. 2020. ISSN 0101-6342.
Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/190/80>. Acesso em: 22 out. 2021.

ALMEIDA, Adriana Blaskesi de; THOMÉ, Liane Maria Busnello. Violência obstétrica e os mecanismos de proteção jurídica no direito brasileiro. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.87, p. 153-182, jan./jun. 2020. ISSN 0101-6342.
Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/191/81>. Acesso em: 22 out. 2021.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira; FARIA, Marcelle Rodrigues da Costa e; OLIVEIRA, Kledson Dionysio de. Aferição e controle de convencionalidade pelo Ministério Público. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.87, p. 183-220, jan./jun. 2020. ISSN 0101-6342.
Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/192/82>. Acesso em: 22 out. 2021.

SILVA, Jorge Luís Terra da. A racionalidade limitada por fenômenos raciais. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.87, p. 221-242, jan./jun. 2020. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/193/83>. Acesso em: 22 out. 2021.

GIACOMO, Michael Almeida Di. Âmbito de proteção da liberdade de manifestação do pensamento e da liberdade de expressão. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.87, p. 243-268, jan./jun. 2020. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/194/84>. Acesso em: 22 out. 2021.

OLIVEIRA, Magno Gomes de. Limites constitucionais do humor e da liberdade de expressão na jurisprudência. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.87, p. 269-296, jan./jun. 2020. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/195/85>. Acesso em: 22 out. 2021.

PINOTTI, Luiza Fialho; FERRARINI, Fernanda Sgarioni. O estado de coisas inconstitucional: efeitos e (in)eficácia de sua declaração. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.1, n.87, p. 297-317, jan./jun. 2020. ISSN 0101-6342.

Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/197/86>. Acesso em: 22 out. 2021.

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, n.90

BRASIL, Luciano de Faria. O concurso público de 1941: origem institucional do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 25-38, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

ESTIVALLET JUNIOR, Cláudio Antônio Rodrigues. O Ministério Público do século XXI: projetos regionais digitais. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 39-50, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

MAZZILLI, Hugo Nigro. Perspectiva para a carreira do Ministério Público brasileiro- atuação institucional: dificuldades contemporâneas. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 51-68, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

FREITAS, Luiz Fernando Calil de. Ressignificação da independência funcional a partir dos parâmetros da Constituição e da teoria do direito: em busca de uma ética institucional própria do Ministério Público. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 69-94, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

MEDEIROS, João Paulo Fontoura de. Um Ministério Público "do" povo e "para" o povo: um termo de ajustamento de conduta que dure enquanto seja bom. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 95-120, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

SCALETSCKY, Rodrigo Litvin; VAZ, Caroline. A responsabilidade civil dos agentes de tratamento de dados pessoais no âmbito da Lei nº 13.709/2018. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 121-158, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

OLIVEIRA, Giselle Ribeiro de. Aspectos de patrimônio cultural na avaliação de impactos ambientais. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 159-191, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. Da (não) aplicação da teoria do fato consumado em matéria ambiental e a Súmula 613 do STJ. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 193-228, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

SOARES, Janine Borges; CLOS, Keller Dornelles. O velamento das fundações privadas pelo ministério Público. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 229-255, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

FERREIRA, Ximena Cardozo. Sistemas urbanos de drenagem sustentável como meio de controle de inundações. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 257-273, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

ALBUQUERQUE, Claudia Maria Oliveira de. Uma breve reflexão sobre a reprodução assistida homóloga post mortem e seus efeitos no estabelecimento da parentalidade e no direito sucessório. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 275-301, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

MEDEIROS, Gustavo Schneider de. Um século de justiça juvenil. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 303-340, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

VASSALLI, Luciana Sperb Duarte. Acordos entre Ministério Público e imputado no Brasil e na Itália: aplicação da pena a pedido das partes, transação penal e acordo de não persecução penal. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 341-381, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

ALVES, Fernando Andrade. Direito penal europeu: um olhar sob a perspectiva das vítimas da criminalidade. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 383-397, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

FREITAS, Vladimir Passos de. Neoconstitucionalismo latino-americano, entre a aspiração e a realidade. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 399-415, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

MARTINS, Charles Emil Machado. A vítima de crime e o cânone do processo justo. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 417-434, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

FLACH, Michael Schneider. Acordo de não persecução penal: análise preliminar, questionamento e críticas. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 435-459, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

ALMEIDA, Luiz Antônio Freitas de; ALMEIDA, Kellyne Laís Laború Alencar de. Estupro de vulnerável: consentimento da vítima e derrotabilidade. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 461-483, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

GOMES, Márcio Schlee. Homicídio privilegiado e a valoração das emoções: aspectos fundamentais na responsabilidade penal. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 485-503, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

SBARDELLOTTO, Fábio Roque. O dano moral coletivo na sentença penal condenatória por crimes de corrupção. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.90, p. 505-526, jul./dez. 2021. ISSN 0101-6342.

Revista Eletrônica Direito e Política, v. 15, n. 1, 2020

LAMARR, Kheikor; NASCIMENTO, Pâmela. Jurisprudência dos direitos das minorias: os contornos variáveis dos direitos das minorias. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, SC, v.15, n.1, p. 1-25, jan./abr. 2020. ISSN 1980-7791. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/16377/9267>. Acesso em: 29 out. 2021.

POLIS, Gustavo. Autoridade pública transnacional: os indicadores globais no combate à corrupção. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, SC, v.15, n.1, p. 26-53, jan./abr. 2020. ISSN 1980-7791. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/16378/9268>. Acesso em: 29 out. 2021.

MENDES, Beatriz Lourenço; COSTA, José Ricardo Caetano; SILVA, Gabriel Ferreira da. A era digital e os impactos do novo processo administrativo eletrônico do INSS para beneficiários e segurados. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, SC, v.15, n.1, p. 54-78, jan./abr. 2020. ISSN 1980-7791. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/16379/9269>. Acesso em: 29 out. 2021.

PIFFER, Carla; ALVES, Benedito Antonio. Experiências de governança da sustentabilidade ambiental nacional e transnacional a cargo dos tribunais de contas. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, SC, v.15, n.1, p. 79-108, jan./abr. 2020. ISSN 1980-7791. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/16380/9270>. Acesso em: 29 out. 2021.

AGUIAR NETO, Francisco Silveira de; HECKTHEUER, Fabio Rycheki. A natureza do procedimento da produção antecipada de provas. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, SC, v.15, n.1, p. 109-129, jan./abr. 2020. ISSN 1980-7791.

Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/16381/9271>. Acesso em: 29 out. 2021.

STAFFEN, Márcio Ricardo. Covid-19 e a pretensão jurídica transnacional por transparência. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, SC, v.15, n.1, p. 130-152, jan./abr. 2020. ISSN 1980-7791.

Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/16382/9272>. Acesso em: 29 out. 2021.

BITTENCOURT, Caroline Muller; RECK, Janriê Rodrigues. O estado da arte do acesso à informação no Brasil e sua possível configuração como legislação simbólica. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, SC, v.15, n.1, p. 153-176, jan./abr. 2020. ISSN 1980-7791.

Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/16383/9273>. Acesso em: 29 out. 2021.

BRANCO, Pedro Henrique de Moura Gonet; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Structural ways of governing the internet – the Brazilian position. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, SC, v.15, n.1, p. 177-191, jan./abr. 2020. ISSN 1980-7791.

Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/16384/9274>. Acesso em: 29 out. 2021.

TONET, Fernando; SOUZA, Matheus Figueiredo Nunes de. Outline of a general theory of systemic constitutionalism for world society. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, SC, v.15, n.1, p. 192-218, jan./abr. 2020. ISSN 1980-7791.

Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/16385/9275>. Acesso em: 29 out. 2021.

BERRI, Carolina Heloísa Guchel; FERNANDES, Hellen Caroline Pereira. O agigantamento do poder das 11 ilhas da suprema corte nas decisões monocráticas. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, SC, v.15, n.1, p. 219-248, jan./abr. 2020. ISSN 1980-7791.

Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/16386/9276>. Acesso em: 29 out. 2021.

LAZZARI, João Batista; JACOBSEN, Gilson. Formação judiciária no plano constitucional das democracias modernas: princípios diretrizes serem observadas na preparação de magistrados. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, SC, v.15, n.1, p. 249-274, jan./abr. 2020. ISSN 1980-7791.

Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/16387/9277>. Acesso em: 29 out. 2021.

VEIGA JUNIOR, João Carlos Valentim; BIANCHI, Patrícia Nunes Lima; BODNAR, Zenildo. Direito dos desastres: a evolução do sistema de proteção e Defesa Civil Brasileiro. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, SC, v.15, n.1, p. 275-294, jan./abr. 2020. ISSN 1980-7791.

Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/16388/9278>. Acesso em: 29 out. 2021.

ANSELMINI, Priscila; BUFFON, Marciano. Extrafiscalidade como meio de realização de políticas públicas: a busca pela concretização do “bem comum” no estado democrático de direito. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, SC, v.15, n.1, p. 295-314, jan./abr. 2020. ISSN 1980-7791.

Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/16389/9279>. Acesso em: 29 out. 2021.

SAINZ, Nilton Garcia; SILVEIRA, Rafael Alexandre; GALLO, Carlos Artur. Entre a apuração e o negacionismo: a percepção dos(as) deputados(as) federais da 53ª e 54ª legislaturas sobre a implementação da lei da comissão nacional da verdade no Brasil. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, SC, v.15, n.1, p. 315-346, jan./abr. 2020. ISSN 1980-7791.

Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/16390/9280>. Acesso em: 29 out. 2021.

ALMEIDA, Pedro Luiz Ferreira de. O caráter normativo-axiológico do preâmbulo da constituição e sua repercussão na administração pública. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, SC, v.15, n.1, p. 347-369, jan./abr. 2020. ISSN 1980-7791.

Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/16391/9281>. Acesso em: 29 out. 2021.

SILVA, Raquel Torres de Brito; DIAS, Clara Angélica Gonçalves Cavalcanti. A responsabilidade empresarial objetiva nos casos de danos ambientais e aos consumidores. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, SC, v.15, n.1, p. 370-397, jan./abr. 2020. ISSN 1980-7791.

Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/16392/9282>. Acesso em: 29 out. 2021.

SILVA, Leda Maria Messias da; TEIXEIRA, René Dutra. A indignidade dos refugiados no Brasil: o trabalho escravo, o subemprego e a informalidade. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, SC, v.15, n.1, p. 398-425, jan./abr. 2020. ISSN 1980-7791.

Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/16393/9283>. Acesso em: 29 out. 2021.

SOUZA, Elden Borges; PINHEIRO, Victor Sales. Proteção dos particulares e censura privada: a jurisprudência constitucional sobre os limites à liberdade de expressão. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, Santa Maria-RS, v.15, n.1, jan./abr. 2020. ISSN 1981-3694.

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/37843/pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

DIÁZ, Luis Eduardo. Las competencias de la seguridad social Venezolana: oportunidades perdidas y nuevas trayectorias. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, Santa Maria-RS, v.15, n.1, jan./abr. 2020. ISSN 1981-3694.

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/44192/pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Revista Fórum Justiça do Trabalho, v. 39, n. 460

LOPES, Adriano Marcos Soriano; SANTOS, Solainy Beltrão dos. O uso da ata notarial para as provas digitais da Justiça do Trabalho. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.460, p. 11-33, abr. 2022. ISSN 0103-5487.

HAINZENREDER JÚNIOR, Eugênio; OLIVEIRA, Ana Luiza Ramos. Da (im)possibilidade da caracterização da Covid-19 como doença ocupacional no Brasil. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.460, p. 35-61, abr. 2022. ISSN 0103-5487.

MACIEL, José Alberto Couto. Impacto da realidade virtual nos contratos. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.460, p. 63-69, abr. 2022. ISSN 0103-5487.

SEVERO, Valdete Souto; VIDAL, Maralise da Silva. Algumas reflexões sobre a condição da mulher negra trabalhadora no Brasil. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.460, p. 71-91, abr. 2022. ISSN 0103-5487.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. [Jurisprudência] Recurso de revista - Acórdão regional publicado na vigência das Leis nºs 13.015/2014 e 13.467/2017 - Limitação da condenação aos valores indicados na petição inicial - Transcendência política reconhecida - Conhecimento e provimento. TST- RR-1001027-77.2019.5.02.0026. Relator: Alexandre Luiz Ramos. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.460, p. 95-104, abr. 2022. ISSN 0103-5487.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região. [Jurisprudência] Incidente de resolução de demandas repetitivas - Honorários advocatícios de sucumbência em embargos de terceiro. TRT 3ª R- 0010354-46.2021.5.03.0000 IRDR. Relator: Sérgio da Silva Peçanha. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.460, p. 105-159, abr. 2022. ISSN 0103-5487.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região. [Jurisprudência] Vínculo de emprego - Representante comercial - Fraude por meio de "pejotização". TRT 4ª R- 0020012-86.2019.5.04.0663 ROT. Relator: Marcelo José Ferlin D'Ambroso. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.460, p. 161-174, abr. 2022. ISSN 0103-5487.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região. [Jurisprudência] Competência material da Justiça do Trabalho - Descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde - Regime jurídico estatutário - Súmula n. 736 do STF. TRT 12ª R- 0000971-17.2020.5.12.0004 ROT. Relator: Roberto Luiz Guglielmetto. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.460, p. 175-182, abr. 2022. ISSN 0103-5487.

Revista Jurídica, v.72, n.535

GOMES, Francisco Danilo de Souza; MAGALHÃES, Fabiano Ribeiro; CARNEIRO NETO, Manoel de Castro. A democratização do acesso à justiça: a mediação e a conciliação como fontes eficazes de soluções de litígios. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.535, p. 9-21, maio 2022. ISSN 0103-3379.

ALMEIDA, Felipe Cunha de. Natureza jurídica do contrato de utilização de espaços no corpo humano à luz da autonomia privada, dos bons costumes e dos contratos existenciais. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.535, p. 23-49, maio 2022. ISSN 0103-3379.

PIMENTA, Rafael Barud Casqueira. Duas breves reflexões sobre o estado de natureza na doutrina jusnaturalista de Samuel Pufendorf. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.535, p. 51-69, maio 2022. ISSN 0103-3379.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. A convenção interamericana contra o racismo e a competência penal. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.535, p. 71-77, maio 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Embargos de declaração no Recurso Especial - Liquidação de sentença coletiva promovida pelo IDEC em nome de poupadores específicos e determinados - Representação processual - Incidência da regra do processo civil tradicional - Necessidade de recolhimento prévio das custas judiciais do processo de liquidação de sentença - Inexistência dos vícios ensejadores à oposição dos declaratórios - Embargos de declaração rejeitados. STJ- EDcl no Recurso Especial nº 1.637.366. Relator: Marco Aurélio Bellizze. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.535, p. 79-85, maio 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Processual civil - Conflito negativo de competência - Mandado de segurança - Domicílio do segurado, local do fato ou Distrito Federal - Opção do segurado por terceiro juízo - Competência territorial - Impossibilidade de declínio de ofício. TRF 1ª R- Processo: 1045007-95.2021.4.01.0000. Relator: Wilson Alves de Souza. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.535, p. 87-92, maio 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Agravo regimental no Habeas Corpus - Homicídio qualificado tentado e consumado - Prisão preventiva - Alegação de ofensa ao princípio da colegialidade - Inexistência - Tese de inidoneidade do decreto construtivo e pleito de substituição da custódia cautelar por medidas alternativas - Questões não analisadas pelo acórdão combatido - Impossibilidade de exame por esta corte, sob pena de supressão de instância - Inexistência de indícios de autoria - Imputação supostamente baseada apenas no reconhecimento fotográfico do acusado em sede policial - Art. 226 do CPP - Nova interpretação jurisprudencial da terceira seção do STJ quanto ao tema - Necessidade de observância das formalidades previstas em lei, bem como de outras provas colhidas na fase judicial, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa - No caso, a suposta autoria delitiva do crime não tem o reconhecimento fotográfico como único elemento de prova - Distinguishing quanto ao acórdão paradigma da alteração jurisprudencial - Outros elementos de provas - Indícios de autoria - Manutenção da prisão preventiva - Suposto autor indicado por testemunhas - agravo não provido. STJ- AgRg no Habeas Corpus nº 702.846. Relator: Ribeiro Dantas. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.535, p. 115-138, maio 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Agravo regimental no Habeas Corpus - Flagrante de crime de tráfico de drogas na modalidade "ter em depósito" - Justa causa evidenciada - Abordagem do agente em via pública e apreensão drogas durante a busca pessoal - Guarda de mais porções de drogas no domicílio do réu - Invasão de domicílio - Inocorrência - Ausência de ilegalidade - Agravo regimental desprovido. STJ- AgRg no Habeas Corpus nº 680829. Relator: Joel Ilan Paciornik. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.535, p. 139-147, maio 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Agravo regimental no Habeas Corpus substitutivo de recurso próprio - Execução penal - Cálculo de pena para progressão de regime - Revogação do §2º do art. 2º da Lei nº 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos) pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) que não afasta a caracterização do crime de tráfico de drogas (art. 33, CAPUT, da Lei nº 11.343/2006) como delito equiparado a hediondo - Classificação que decorre do art. 5º, XLIII, da Constituição Federal - Agravo regimental desprovido. STJ- AgRg no Habeas Corpus nº 729.332. Relator: Reynaldo Soares da Fonseca. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.535, p. 149-162, maio 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Agravo de instrumento - Execução fiscal - Redirecionamento - Possibilidade - Indícios de crime falimentar. TRF 2ª R- Agravo de Instrumento nº 5000864-91.2019.4.02.0000/RJ. Relator: Marcus Abraham. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.535, p. 163-168, maio 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Penal e processual penal - Descaminho - Art. 334, §1º, IV, do Código Penal - Constituição definitiva do crédito tributário - Laudo merceológico - Prescindibilidade - Princípios da insignificância, da adequação social, da irrelevância penal do fato, da ofensividade e da intervenção mínima - Inaplicabilidade - Materialidade e autoria comprovadas - Ausência de provas judicializadas - Inocorrência - Confissão espontânea - Redução aquém do mínimo legal - Descabimento - Participação de menor importância - Não verificação - Isenção de custas - Juízo da execução. TRF 4ª R- Apelação Criminal nº 5005280-82.2019.4.04.7005/PR. Relator: João Pedro Gebran Neto. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.535, p. 169-196, maio 2022. ISSN 0103-3379.

Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões, v. 8, n. 47

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da et al. O desenvolvimento do regime das incapacidades das pessoas com deficiência sob a ótica civil constitucional. Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 5-24, mar./abr. 2022. ISSN 2358-3223.

SIRENA, Hugo Cremones; SIRENA, Tatiana Wagner Lauand de Paula. O que é isso, companheiro? A inexigibilidade de outorga conjugal nas relações de união estável. Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 25-40, mar./abr. 2022. ISSN 2358-3223.

MONTEIRO, Juliano Ralo; MOURA, Marta Teixeira de Souza. Serviço em família acolhedora como política pública: efetivação do direito à convivência familiar. Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 41-59, mar./abr. 2022. ISSN 2358-3223.

GOMES, Júlio César Tadeu de Assis; DIAS, Pauliana Maria. Alienação parental de idoso: aplicação analógica da Lei nº 12.318/2010 em face do idoso alvo de violência psicológica. Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 60-86, mar./abr. 2022. ISSN 2358-3223.

DIAS, José Eduardo Coelho. Guarda compartilhada e guarda alternada: sobre o que, afinal, estamos falando?. Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 87-103, mar./abr. 2022. ISSN 2358-3223.

SANTOS, Caio Oliveira dos; COSTA, Caroline Amorim. A concomitância da paternidade socioafetiva e biológica e suas consequências jurídicas. Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 104-118, mar./abr. 2022. ISSN 2358-3223.

ROCHA, Patricia Ferreira. O exercício do direito de convivência entre pais e filhos em tempos de pandemia: que lições podemos tirar?. Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 119-141, mar./abr. 2022. ISSN 2358-3223.

FRANCESCHET, Júlio César; PATAH, Priscila Alves. Planejamento sucessório nas disposições de última vontade como forma de gestão de conflitos. Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 142-155, mar./abr. 2022. ISSN 2358-3223.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Namoro - Affectio maritalis - Inexistência - Aquisição patrimonial - Bem particular - Incomunicabilidade - Causa pré-existente - Casamento posterior - Regime de comunhão parcial - Divórcio - Imóvel - Partilha - Impossibilidade - Artigos 1.661 e 1.659 do Código Civil de 2002 - Incidência. STJ- Recurso Especial nº 1.841.128. Relator: Ricardo Villas Bôas Cueva. Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 156-163, mar./abr. 2022. ISSN 2358-3223.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Direito das sucessões - Ação declaratória de reconhecimento de indignidade com pedido de exclusão de herdeiro - Rol do art. 1.814 do CC/2002 - Taxatividade - Criação de hipóteses não previstas no dispositivo legal por analogia ou interpretação extensiva - Impossibilidade - Obrigatoriedade de interpretação literal em rol taxativo - Inexistência - Compatibilidade do rol taxativo com os demais métodos de interpretação - Diferenciação entre texto de lei e norma, que é o produto da atividade interpretativa por meio do qual se confere significado ao texto - Interpretação literal do art. 1.814, I, do CC/2002 - Homicídio e ato infracional análogo ao homicídio - Sentido técnico e jurídico na esfera penal - Repercussão não obrigatória no âmbito civil - Cláusula geral - Matriz ética, moral e jurídica - Núcleo essencial - Ato doloso, consumado ou tentado, independente de motivação - Interpretação teleológica-finalística da regra que visa prevenir e reprimir o ato do herdeiro que atenta contra a vida dos pais - Diferença técnico-jurídica entre homicídio doloso e ato análogo ao homicídio doloso - Irrelevância para fins civis - Exclusão do herdeiro menor por ato análogo ao homicídio praticado contra seus pais - Possibilidade - Restrição que ofenderia os valores e finalidades da norma e esvaziariam seu conteúdo. STJ- Recurso Especial nº 1.943.848. Relatora: Nancy Andrighi. Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 171-182, mar./abr. 2022. ISSN 2358-3223.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] União estável - Regime de bens - Contrato com efeitos ex nunc - Decisão mantida. STJ- Agravo Interno no Agravo no Recurso Especial nº 1.631.112. Relator: Antonio Carlos Ferreira. Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 183-204, mar./abr. 2022. ISSN 2358-3223.

Revista Síntese Direito Administrativo, v.17, n.197

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Súmulas STJ nºs 633, 634 e 635: a) Decadência de prazo revisional; b) Prescrição de improbidade para particular; c) Início do prazo na Lei nº 8.112/1990. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.197, p. 9-17, maio 2022. ISSN 21791651.

COPOLA, Gina. A indisponibilidade de bens na nova Lei de Improbidade Administrativa. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.197, p. 18-28, maio 2022. ISSN 21791651.

VALE, Luís Manoel Borges do; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Os impactos da reforma da Lei de Improbidade Administrativa na advocacia pública. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.197, p. 29-49, maio 2022. ISSN 21791651.

MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. Enriquecimento ilícito não pode ser presumido: nova visão do artigo 9º da Lei nº 8.429/1992, inciso VII, com a Redação Dada pela Lei nº 14.230/2021. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.197, p. 50-79, maio 2022. ISSN 21791651.

ROMANO, Rogério Tadeu. Uma hipótese de aplicação da Nova Lei de Improbidade Administrativa e o direito intertemporal. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.197, p. 80-89, maio 2022. ISSN 21791651.

NÚÑEZ NOVO, Benigno. Os direitos sociais dos imigrantes. Abordagem de direitos humanos. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.197, p. 90-101, maio 2022. ISSN 21791651.

SALES, José Luiz Messias; LEITE, Gisele. Invasão da Ucrânia pela Rússia: aspectos do direito internacional. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.197, p. 102-123, maio 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Agravo interno em reclamação - ADC 16 e RE 760.931 (tema nº 246) - Art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 - Responsabilidade subsidiária da administração pública - Impossibilidade de transferência automática - Necessidade de prova inequívoca da conduta omissiva ou comissiva na fiscalização de contrato. STF- AgRg na Reclamação nº 47.383. Relator: Nunes Marques. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.197, p. 124-129, maio 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual civil - Administrativo - Ação civil pública - Improbidade administrativa - Acumulação indevida de cargos - Não atendimento aos requisitos formais para demonstração de divergência - Divergência não comprovada. STJ- AgInt nos Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial nº 204721. Relator: Francisco Falcão. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.197, p. 130-135, maio 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Mandado de segurança - Processo seletivo para prestação de serviço militar voluntário de caráter temporário - Experiência profissional - Pontuação não computada - Documentos apresentados em consonância com as normas editalícias - Atribuição de pontuação - Cabimento - Razoabilidade - Sentença mantida. TRF 1ª R- Apelação/Remessa Necessária (1728) nº 1041474-50.2020.4.01.3400. Relator: Souza Prudente. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.197, p. 136-141, maio 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Embargos de declaração - Omissão - Administrativo - Concurso público - Lei nº 12.990 - Eliminação de candidato não considerado negro pela comissão avaliadora - Condução de políticas públicas - Lei nº 12.990/2014 - Mérito administrativo - Ausência de ilegalidade - Motivação da administração pública - Improvimento. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 0127939-47.2017.4.02.5117/RJ. Relator: Alfredo Jara Moura. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.197, p. 142-153, maio 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Direito processual civil e administrativo - Apelação - Impugnação específica - Ação de regresso - Seguradora - Rodovia federal - Colisão de veículo - Animal na pista - Legitimidade do DNIT e ilegitimidade passiva da Polícia Rodoviária Federal - Falta de prova do pagamento ao segurado - Reforma da sentença. TRF 3ª R- Apelação Cível (198) nº 5024344-41.2018.4.03.6100. Relator: Carlos Muta. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.197, p. 154-159, maio 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Direito constitucional - Força normativa da Constituição - Direito fundamental à saúde - Eficácia imediata - Dimensões objetiva e subjetiva - Prestação positiva de fornecimento de medicação - Sistema Único de Saúde (SUS). TRF 4ª R- Agravo de Instrumento nº 5039587-57.2021.4.04.0000/RS. Relator: Roger Raupp Rios. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.197, p. 160-184, maio 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Pregão eletrônico - Licitante desclassificado - Não apresentação de documentação exigida no edital - Sanção - Lei nº 10.520/2002, art. 7º - Aplicabilidade expressamente restringida no edital - Vinculação ao edital. TRF 5ª R- Processo nº 0810906-98.2016.4.05.8400 – Apelação Cível. Relator: Manoel Erhardt. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.197, p. 185-188, maio 2022. ISSN 21791651.

LIMA, Edcarlos Alves. Licitação e contratação no contexto do marco legal das startups. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.197, p. 237-240, maio 2022. ISSN 21791651.